

CADERNOS DE HISTÓRIA

<i>Cad. hist.</i>	Belo Horizonte	v. 1	n. 1	p. 1-51	out. 1995
-------------------	----------------	------	------	---------	-----------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Reitor

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

Pró-reitora de Execução Administrativa

Prof^ª. Ângela Maria Marques Cupertino

Pró-reitor de Extensão

Prof. Bonifácio José Teixeira

Pró-reitor de Graduação

Prof. Djalma Francisco Carvalho

Pró-reitora de Pesquisa e de Pós-graduação

Prof^ª. Léa Guimarães Souki

Chefe do Departamento de História

Prof^ª Maria Mascarenhas de Andrade

Colegiado de Coordenação Didática

Prof^ª Carla Ferretti Santiago

Prof. Carlos Evangelista Veriano

Prof^ª Heloisa Guaracy Machado

Prof^ª Maria Mascarenhas de Andrade (Coordenadora)

Tiragem

1000 exemplares

EDIÇÕES PUC•MG

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico

Caixa postal: 1686 • Tel: (031) 319.1220 • Fax: (031) 319.1129

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	5
De <i>res publica</i> e de república: o significado histórico de um conceito <i>Heloisa Guaracy Machado</i>	7
Vivendo a liberdade: fugas e estratégias no cotidiano escravista mineiro <i>Liana Maria Reis</i>	17
Aparências e aparições – estética barroca – a imagem oculta <i>Mônica Eustáquio Fonseca</i>	24
A massa desvelada: comentário sobre quatro estudos e uma perspectiva de análise histórica <i>Eduardo França Paiva</i>	28
A pintura de tectos de perspectiva arquitectónica no Portugal joanino (1706-1750) <i>Vitor Serrão</i> <i>Magno Mello</i>	34
Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio a uma situação histórica <i>Helenice Rodrigues da Silva</i>	45

Conselho Editorial

Prof. Carlos Fico (Deptº de História – UFOP)

Profª Eliana Fonseca Stefani (Deptº de Sociologia – PUC•MG)

Prof. Dr. Francisco Iglésias (Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG)

Profª Liana Maria Reis (Deptº de História – PUC•MG)

Profª Drª Maria do Carmo Lana Figueiredo (Deptº de Letras – PUC•MG)

Profª Drª Maria Efigênia Lage de Rezende (Deptº de História – UFMG)

Coordenação Editorial

Profª Heloisa Guaracy Machado

Coordenação Gráfica

Coordenadoria de Comunicação Social da PUC•MG

Revisão

Virgínia Mata Machado

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais)

Cadernos de História. — v. 1, n. 1, out.

1995

— Belo Horizonte: PUC•MG,

1995

v.

Anual

1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98(05)

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro número dos **Cadernos de História**, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que inaugura uma nova fase de publicações – anuais – dos trabalhos de seus professores e de pesquisadores convidados.

Os seis artigos constantes do presente número apresentam uma variedade temática dentro do viés histórico comum. São estudos sobre movimentos de resistência social – popular ou escrava – ou sobre movimentos estéticos — como o barroco e o período joanino português – e, ainda, sobre o conceito de “República” ou sobre a elite intelectual francesa, perpassando a Antigüidade Clássica, a Europa pré-industrial e a Europa moderna, a França contemporânea e as Minas Gerais no tempo do Império.

Dois desses artigos nos foram enviados da França e Portugal, onde os seus autores estão radicados, em função de compromissos acadêmico-profissionais. Optamos por manter tais textos nos limites de sua forma original, reproduzindo-os na íntegra, embora com algum prejuízo do padrão normativo estabelecido para os demais. Assim, o artigo “A Pintura de Tectos de Perspectiva Arquitectónica no Portugal Joanino”, por exemplo, guarda a especificidade do idioma português corrente em Portugal, respeitando as diferenças de ordem lingüística relativas ao mesmo idioma, no Brasil. Por outro lado, o ensaio “Crise Ideológica e Produção Intelectual: Esquemas de Pensamento Próprio a uma Situação Histórica” traz referências bibliográficas de ordem geral, sem se fazer acompanhar pelas notas de referência, como é a praxe.

O Departamento de História se sente gratificado por apresentar à comunidade acadêmica uma produção resultante do empenho em ampliar suas atividades, organizadas num projeto político-pedagógico que procura conciliar os interesses da graduação, da Instituição e da sociedade no seu conjunto. Entendemos que os campos do ensino, da pesquisa e da extensão compõem um elo indissociável na cadeia da produção e distribuição do conhecimento histórico, numa interação permanente que pressupõe

mútuas contribuições. Nesse sentido, o Departamento desenvolve um projeto coletivo de pesquisa que reúne, numa temática comum, estudos particulares de alguns professores, os quais, aliados a outros trabalhos em andamento, ou em fase de implementação, deverão fornecer farto material para as futuras edições.

Entendemos, também, que a produção do conhecimento científico deve estar de acordo com a tendência interdisciplinar que caracteriza a esfera acadêmica na atualidade. Assim, elegemos um conselho editorial diversificado no que se refere à sua formação básica e à sua vinculação institucional. Buscamos o suporte de um corpo de peso, capaz de uma avaliação crítica consistente, quer pela sua renomada competência profissional, quer pela sua isenção. E que, pela sua composição eclética, viesse somar as diferentes visões em proveito da análise e do julgamento dos textos submetidos à seleção. Isso se confirmou na prática, pois algumas sugestões valiosas foram consideradas na resolução dos impasses naturais aos processos desse tipo. Tendo como componentes do conselho quatro historiadores, com as suas sub-especialidades, uma socióloga e uma literata, sentimo-nos mais à vontade para aceitar a publicação dos textos referente às disciplinas vizinhas.

Por último, faz-se necessário registrar que os artigos reunidos neste caderno são de exclusiva responsabilidade dos seus autores, no que se refere aos temas abordados e às opiniões emitidas.

Heloisa Guaracy Machado
Coordenadora Editorial

DE *RES PUBLICA* E DE REPÚBLICA: O SIGNIFICADO HISTÓRICO DE UM CONCEITO

Heloisa Guaracy Machado
Departamento de História da PUC•MG(*)

RESUMO

O debate sobre a República Brasileira requer a análise do conceito de *República* como uma construção social e simbólica de um contexto histórico específico.

O artigo visa recolocar o conceito *República* no seu *locus* original, isto é, a Antigüidade Clássica, indicando os seus pressupostos básicos – lançados na *polis* grega – e o momento de sua elaboração formal – no âmbito da *civitas* romana.

Acreditamos que a discussão a respeito da República brasileira deva se iniciar por uma reflexão sobre o conceito *República*, do ponto de vista histórico. Isto implica uma análise em torno de três eixos básicos e intimamente relacionados, como procuraremos demonstrar ao longo da exposição: a definição do termo *República*; a inserção do conceito no seu contexto original – o mundo

greco-romano – buscando apreender as condições materiais e mentais que permitiram a sua emergência ou consolidação; e, finalmente a caracterização da produção político-ideológica da sociedade clássica, na perspectiva da longa duração, salientando os aspectos que a distanciam e a aproximam do mundo moderno e contemporâneo. Nesse sentido,

(*) Este artigo é o resultado de uma palestra proferida no simpósio sobre o Centenário da República Brasileira, promovido pelo Departamento de História da PUC•MG, em 1989, em conjunto com a professora Ana Maria Coutinho.

visamos destacar alguns pontos para uma reflexão sobre o tema, abrindo o leque das discussões a esse respeito, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto.

Um conceito, na sua acepção universal, é uma representação mental de um objeto, por meio de suas características gerais. Todo conceito remete a uma expressão lingüística – uma sentença, uma palavra, como *República* – carregada de um conteúdo semântico que só pode ser avaliado na sua relação com outros termos ou com o contexto cultural. Linguagem e cultura se implicam mutuamente de modo que a linguagem deve ser concebida como um elemento integrante da vida social e quotidiana, ainda que ela não seja capaz de traduzir a realidade em sua plenitude. Visto desta forma, o conceito é um importante material para a análise histórica, pois ele é parte de um código simbólico e lingüístico, expresso num sistema de signos construídos socialmente e amplamente reconhecidos pelos membros de uma comunidade. A descodificação desse sistema nos permite a reconstrução do imaginário coletivo, das ideologias, dos hábitos e valores relativos à sociedade que o engendrou e às suas formas de permanência em outros contextos históricos.

O **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** – o Dicionário Aurélio – indica a filiação etimológica do termo *República* com o latim *res pública*, isto é, “coisa pública”, evidenciando que as raízes históricas dessa palavra tão contemporânea e, ao mesmo tempo, muito antiga remontam ao mundo latino e, por extensão,

à Grécia, substrato da cultura romana.

Na verdade, não deveríamos ignorar, como ocorre muitas vezes, que os fundamentos políticos, jurídicos e filosóficos do mundo ocidental e, por conseguinte, do Brasil, foram edificados no âmbito da tradição greco-romano-judaico-cristã. Aí surgiram e se afirmaram os processos racionais de organização comunitária que deram origem às noções de cidadania e participação, aos princípios filosóficos e éticos de conduta, às primeiras leis escritas, às regras consagradas do direito romano e, naturalmente, à experiência republicana.

Incorporadas definitivamente à civilização ocidental, tais criações são de tal forma atuantes no nosso cotidiano político, social e mental que só nos resta admitir a sua atualidade. A cultura greco-romana está presente – muito mais do que os artefatos, textos e monumentos que nos legou – na herança cultural que permeia o nosso cotidiano, os comportamentos, as crenças e as formas de organização comunitária, através das reinterpretações de um modelo gerado num tempo remoto, mas que continua inspirando o modo de vida atual.

A importância do conceito *República* na prática política ocidental é exemplo dessa vitalidade, pois nenhum elemento simbólico pode subsistir apartado da realidade fenomênica. Um vocábulo, nessas condições, se tornaria letra morta, rapidamente.

Não raro, nos voltamos para o passado clássico e o interrogamos, sobre os nossos dilemas, buscando ouvir aquelas vozes

que ecoam no nosso presente. A recuperação do diálogo entre o mundo greco-romano e a modernidade (aqui englobando o mundo contemporâneo) significa promover um exercício de autoconhecimento e ampliação da crítica política e social, através da investigação cuidadosa de certos postulados ideológicos, nas condições em que eles foram postos inicialmente.

Trabalhar o significado do conceito de *República* é, nesse sentido, inscrevê-lo no tempo longo da história, buscando as permanências entre uma cultura e outra, entre momentos cronologicamente distintos. É entendê-lo como um elemento simbólico que, tornado objeto de análise, nos conduz a uma compreensão melhor não só do grupo particular que o construiu – a sociedade greco-romana – mas de todos aqueles que o elegeram como modelo político. As heranças culturais clássicas não devem ser consideradas meras “sobrevivências” de uma sociedade remota e amorfa, condenada ao desaparecimento; ao contrário, elas constituem vivências vigorosas, sempre renovadas no decorrer da dinâmica histórica, cuja atualização vai refletir as especificidades de contextos sociais diferenciados, que obedecem a racionalidades distintas. Não podemos comparar *stricto sensu* sociedades pré-industriais, como o mundo greco-romano, e a sociedade brasileira, inserida nos quadros do capitalismo internacional; é sabido que cada cultura deve ser considerada na sua peculiaridade, o que torna imperativa a elaboração de um campo teórico coerente sobre o mun-

do antigo. Por outro lado, não podemos subestimar as evidências de que “*existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa*”, como diria Benjamin (1986, p.223).

Essas questões foram colocadas pela *Nova História*, sobretudo a partir dos anos 60, e, em especial, pela História das Mentalidades, que trata da psicologia coletiva, fazendo fronteira com a psicanálise, mas não se confundindo com ela. As “mentalidades” se ocupam das estruturas mentais de base, da maneira de sentir e pensar de um povo, de um grupo, nos seus traços mais gerais (e não estritamente racionais), subjacentes à realidade material, mas a esta necessariamente ligados. A sua investigação não se coloca na esfera dos fenômenos sociais objetivos, mas se dirige à representação desses fenômenos, expressos nos documentos e monumentos construídos a partir do imaginário coletivo. Na linha proposta por Georges Duby e Jacques Le Goff, as “mentalidades” são colocadas no centro do corpo social, utilizadas como o meio de esclarecimento do real. Nesse caso, elas estão assentadas numa totalidade histórica que inclui, simultaneamente, a civilização material (o trabalho, a economia, as leis) e os aspectos espirituais (sonhos, mitos, crenças, representações), articuladas numa mesma estrutura e integradas no movimento histórico global.

Assim, cada sociedade particular, cada micro-história é integrada numa duração global, recuperando a idéia básica da história como processo (social) e, dessa forma, preservando a pró-

pria historicidade, do ponto de vista de sua capacidade de síntese. As “mentalidades” procuram aproximar aspectos como as representações simbólicas e as práticas conscientes, a micro-história e a macro-história, mesmo considerando as dificuldades dessa proposta, a exemplo do que afirma Le Goff:

“a história das mentalidades (...) situa-se no ponto da fusão do individual e do coletivo, do longo tempo e do quotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural (...); a história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram.” (Le Goff, 1976, p. 76)

O berço da *res publica*: A cidade-estado aristocrática

De acordo com o **Novo Dicionário Aurélio**, o termo *República* é definido como “*uma organização política de um Estado com vistas a servir à coisa pública, ao interesse comum*”. A política – compreendida como métodos e táticas formais e informais, como o governo é conduzido e as decisões são tomadas e, ainda, a ideologia dominante – situa-se entre as atividades mais excepcionais do mundo clássico. Com efeito, ela foi uma invenção grega, ou talvez, invenções separadas dos gregos, etruscos e/ou romanos, no âmbito da cidade-Estado –

uma comunidade auto-governada, composta de um centro cívico e/ou econômico (o centro urbano) e um território adjacente, do qual tirava seus meios de subsistência. Por ser pequena em área e população, convencionou-se denominá-la *cidade-Estado*. O regime da cidade-Estado, nas suas variantes, existiu na Grécia, entre os séculos VIII e IV a.C. e na Roma republicana, entre os séculos VI e I a.C.

As marcas da cultura grega impregnaram inegavelmente, o mundo romano, embora seja difícil avaliar com precisão a extensão desse fenômeno. Guardadas as especificidades de cada uma (instituições e desenvolvimento diferenciados), podemos dizer que as duas culturas estão ligadas por laços de similitude e substanciais continuidades. Segundo Moses Finley, “*a própria classificação de cidade-Estado subentende a existência de elementos comuns suficientes para justificar a fusão de Grécia e Roma pelo menos como ponto de partida.*” (Finley, 1983, p. 23). Assim, a análise referente às cidades gregas nos permite conhecer, em parte, o processo vivenciado por Roma, alguns séculos depois.

A princípio, Grécia e Roma eram notavelmente parecidas na sua organização: eram comunidades agrárias, em que os conflitos sociais, tão centrais na fase arcaica, ocorriam regular e exclusivamente entre os credores aristocráticos proprietários e os devedores camponeses. A aristocracia detinha o monopólio do poder e da autoridade, tanto formalmente quanto de fato. Também possuía a maior parte da riqueza, isto é, o controle dos re-

curso produtivos e da mão-de-obra, utilizados na aquisição de armamentos e de cavalos, na importação de metais, na construção de navios e de obras públicas. Seu sistema social estratificado e hierárquico permitia, no entanto, a incorporação dos cidadãos(*) de “segunda categoria” (camponeses, artesãos e comerciantes) à comunidade política. E mesmo os conflitos político-sociais, às vezes graves, não impediram a experiência de alguns séculos de existência estável, além de um forte sentimento de identidade entre os cidadãos, com foros inequívocos de legitimidade, assegurados por mecanismos ideológicos, como a religião e a crença na lei.

A cidade-Estado é considerada a espinha dorsal da sociedade clássica, o elemento catalisador sem o qual essa civilização permaneceria ininteligível. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso,

“foi uma novidade sem precedentes e de enorme alcance o fato de que, num determinado período da história da Antigüidade, camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e eventualmente, mesmo cidadãos totalmente desprovidos de recursos tenham podido participar do governo de suas comunidades, mesmo de forma limitada. Cidadania, participação política, democracia: eis aí noções básicas e atuais que foram ventiladas pela primeira vez no mundo das cidades-Estados antigas.” (Cardoso, 1985, p. 74).

Mas a cidade grega, em especial, parece ter lançado os fundamentos políticos que norteariam as gerações subsequentes.

O próprio termo *política* vem de *polis* que, no sentido clássico, significava um “estado que se governava a si mesmo”. Assim,

“o fenômeno geográfico e político associavam-se de tal modo que, na língua grega, ‘polis’ era ao mesmo tempo uma expressão geográfica e uma expressão política, designando tanto o lugar da cidade, quanto a população submetida a sua soberania.” (Peçanha, 1979, p.VI).

A formação da *polis* aristocrática, em parte da Grécia, correspondeu à constituição de um novo *ethos*, resultante das transformações demográficas, econômicas e sociais, quando as relações de parentesco, de cunho tribal e monárquico foram absorvidas pelas relações de vizinhança, de caráter urbano, no século VIII a.C. A *polis* é um artefato construído pelo homem e sua simples presença pressupõe um controle técnico da natureza. Na linguagem filosófica poderíamos dizer que ela representa a passagem do *mito* ao *logos*: o discurso mítico (ou mágico), cuja ordem era explicada por fatores sobrenaturais, integrados às organizações gentílicas, tribais e eminentemente rurais, foi suplantado pelo discurso científico – *logos* – que explicava a realidade através de princípios racionais e naturais, imanentes à realidade física. Dito de outro modo, a cidade grega desenvolveu um princípio implícito de coerência racional, que tornava mais fácil à razão consciente aplicar-se à solução dos problemas da associação política.

O regime da cidade promo-

veu grandes alterações no direito primitivo, baseado na religião e controlado pela nobreza de sangue, a quem era atribuída uma estreita ligação com os ancestrais míticos ou heróicos, o que a credenciaria como intérprete das vontades dos deuses. A primeira dessas alterações foi a publicização das leis, que perderam o seu caráter de canto sagrado e misterioso, revelado apenas ao grupo privilegiado. A inscrição do Código de Drácon nos muros de Atenas, no século VII a.C., marca uma época na história do direito, mesmo considerando a tendência claramente aristocrática do código. Modificaram-se, então, a natureza da lei e seu fundamento: esta passava ao domínio público, sendo sancionada pela cidade. Pressionados pela plebe armada, os chefes aristocráticos tiveram de abrir mão do poder de determinar, segundo a sua vontade, as fórmulas que deveriam pautar a vida social e política. Estabeleceu-se uma relação direta entre o Estado e o cidadão comum que, tendo acesso à lei, podia invocá-la e mover ação em justiça.

Novas regras vieram governar a sociedade, ainda que tenham sido conservados muitos aspectos da antiga organização gentílica e a religião se mantivesse como pano de fundo. O princípio regulador das instituições passou a ser o *interesse público*, superior às vontades individuais: aquilo que os gregos chamaram *to koinon* e que os latinos, dois séculos mais tarde, chamariam *res publica*, suplantou a ve-

(*) Elementos do sexo masculino, maiores de 18 anos, devidamente registrados. Na cidade grega aristocrática exigia-se, ainda, que um dos pais tivesse nascido na cidade, diferentemente de Roma, onde o conceito de cidadania era mais fluido.

lha religião. A nova ordem eleger o sufrágio o principal instrumento do governo, das instituições, e regra do direito. As antigas constituições absolutas e imutáveis, calcadas nos ditames do culto religioso, foram substituídas por leis fixadas, mas flexíveis, suportes da legitimidade política. Perguntaram a Sólon, grande legislador da fase arcaica ateniense se ele julgava haver dado à sua pátria a melhor constituição: “Não, respondeu ele, mas aquela que melhor lhe convém”. (Coulanges, 1981, p. 28)

Algumas cidades gregas levaram esse princípio – o interesse comum – ao seu expoente máximo, ou seja, à prática democrática. Em Atenas, expressão maior da democracia, não resta dúvida de que o debate foi contínuo, intenso e público. Pela primeira vez na história, o governo passara a ser exercido pelo conjunto de cidadãos – o *demos* – que, participando diretamente da Assembléia Popular, decidia, através do voto, os destinos da *polis*. A Assembléia era a principal instituição do regime: os conselhos e as magistraturas lhe eram subordinados. No exercício do direito cívico, dois conceitos eram fundamentais: *isonomia*, igualdade (dos cidadãos) perante a lei e *isegoria*, direito igual de falar na Assembléia. A democracia é, por excelência, o governo da discussão, e a liberdade de expressão era um direito de nascença em Atenas.

Nem todas as cidades-Estados gregas atingiram a democracia, permanecendo oligárquicas (em alguns casos, monárquicas), como aconteceria também à futura Roma republicana. O de-

envolvimento romano foi de uma ordem bem diferente, qualitativa e quantitativamente falando. É sabido que a liderança política foi monopolizada pelo setor mais rico da cidadania durante a era da cidade-Estado, até mesmo sob o regime democrático. Mas em Roma esse aspecto foi muito mais acentuado, com uma camada relativamente pequena auto-perpetuada no poder. O Senado – o conselho romano – era exclusivamente aristocrático e constituía a principal instituição romana, restando à Assembléia popular (o principal órgão da democracia grega) um plano secundário na estrutura política. Enquanto em Atenas as decisões dependiam da aprovação da maioria dos cidadãos (a própria essência do regime democrático), em Roma, qualquer ação governamental dependia da anuência do Senado aristocrático, como atesta o *senatus consultum ultimum*:

“O Senado se arrogava o direito de determinar quando existia um estado de emergência de tal gravidade que justificava a suspensão dos direitos fundamentais dos cidadãos romanos: em suma, o Senado identificou-se com a *res publica*”. (Finley, 1983, p. 15).

Nas assembleias romanas não havia debate, apenas uma votação para aprovar ou rejeitar os projetos de lei que o magistrado apresentava de antemão. Os tribunais de justiça eram solidamente reservados à elite política, não lembrando em nada os júris populares de Atenas. Como foi que a elite romana conseguiu restringir a tal ponto a participação popular, apesar da inclusão, na comunidade política, de cam-

poneses, residentes urbanos e, mesmo de estrangeiros, é uma longa história que não cabe descrever no momento.

Importa-nos salientar, como uma primeira constatação possível, que a configuração da prática política está necessariamente vinculada ao advento da cidade, ao regime aristocrático e a um quadro institucional de certa complexidade, mais adequado às novas exigências trazidas pela vida urbana e aos múltiplos interesses de sua população.

Dos fundamentos à elaboração do conceito *res publica*

A despeito da associação frequentemente estabelecida entre exercício político e democracia, verificamos que não há uma relação unívoca entre ambos, do ponto de vista histórico. A cidade-Estado de Roma (diferentemente de algumas cidades gregas) não só desconheceu a democracia, como conduziu a sua República até o Império despótico. A República nasceu e se desenvolveu em solo aristocrático, o que não invalida o caráter do avanço histórico ocorrido com a sua instalação. Isto porque a ordem republicana se sustentava através de regras predominantemente laicas, racionais e construídas socialmente, configurando um grau de elaboração bem mais sofisticado, se comparado

à simplicidade da estrutura monárquica, sagrada e mítica.

No entanto, as cidades democráticas e aquelas aristocráticas eram regidas por uma ideologia, comum, até certo ponto, às duas formas de regime. Assim, a proposição interminavelmente afirmada por gregos e romanos é que a condição essencial para uma verdadeira *polis* e para a “vida boa” pressupõe “o governo pelas leis, não pelos homens”. Essa pretensão à virtude é defendida por Platão na sua obra **Politéia**, mais conhecida como **A República** devido, provavelmente, às traduções romanas posteriores. Democracia e oligarquia compartilhavam essa mesma pretensão. Mas devemos esclarecer que o critério que exigia leis fixas e publicamente conhecidas era marcado por um raciocínio eminentemente prático e pela prudência: a crença no *interesse comum* significava a promessa de estabilidade, a capacidade de evitar o conflito frequente e sua forma extrema, a guerra civil.

O princípio do *interesse comum* – base da teoria política grega – iria nortear o pensamento romano e toda reflexão política ocidental. A reflexão política se iniciou, efetivamente, com os gregos, cuja mentalidade foi profundamente marcada pelo racionalismo. Diferentemente de seus contemporâneos orientais, cuja visão de mundo era rigorosamente ditada pela religião, os gregos trilharam o caminho do pensamento intelectual, procurando apreender a realidade sob o ponto de vista da razão, e especulando sobre tudo aquilo que lhes causava espanto e admira-

ção. Ainda assim não podemos nos esquecer de que, conforme assinala Finley, “*todo ato público na Antigüidade era precedido de uma tentativa de obter ‘apoio’ sobrenatural, através de preces, sacrifícios e promessas*” (Finley, 1983, p. 114), inclusive na Grécia e em Roma.

Platão e Aristóteles foram os primeiros pensadores sistemáticos e os primeiros teóricos políticos autênticos da Antigüidade. Os primeiros a tentarem uma descrição completa e coerente da organização ideal da sociedade, assente na metafísica, na epistemologia, na psicologia e na ética. Eles trabalharam e escreveram num nível de abstração, refinamento e generalização filosófica tão elevado, que, frequentemente, colocava-se fora do alcance de seus compatriotas.

Na reflexão política grega, o Estado era concebido como uma associação ética para a busca da virtude, como também um instrumento de justiça. A ciência política, nesse caso, deveria determinar o que era o “Bem” para a sociedade, concretizado através da ação política. **A República** de Platão reflete bem esse espírito, trazendo uma preocupação em salvaguardar o princípio vital do *interesse comum*, seriamente abalado com a crise da democracia (no século IV a.C.) e o lento esfacelamento de suas instituições. Platão aponta como principal malefício do regime democrático a manipulação da Assembléia por demagogos que, com sua oratória brilhante, monopolizavam os debates e obtinham os votos necessários para aprovação de seus projetos e de suas ambições pessoais. Dessa

forma, **A República** platônica apresentava soluções para o aperfeiçoamento do sistema, indicando, entre outras, a criação de uma classe especializada de governantes e um órgão para a realização do bem comum. **A República** funcionava como uma espécie de manual para o Estadista, papel reservado aos filósofos, na divisão de funções estabelecida por Platão. Esse cunho prático pode ser sempre encontrado no pensamento grego. Como Aristóteles, Platão buscava o Estado ideal em que os conflitos fossem transcendidos no interesse da vida boa para todos, mas insistia em afirmar que nenhum Estado, passado ou presente, atingira ou se aproximara desse objetivo.

Os gregos foram muito lidos em Roma e o modelo democrático chegou mesmo a servir de inspiração para alguns legisladores e tribunos, como os Gracos, embora sua implementação esbarrasse nos ditames da estrutura aristocrática. Como já foi ressaltado anteriormente, a República romana permaneceu aristocrática ao longo de sua história, não tendo a mesma necessidade de enfrentar o complexo quebra-cabeça de disposições constitucionais, que caracterizaram a democracia grega. Talvez por isso os romanos jamais tenham desenvolvido a teoria e a discussão políticas de forma tão exuberante como ocorrera na Península Balcânica.

Foi somente no século I a.C. (quando a República agonizava), com Cícero, que Roma pôde presenciar uma reflexão política do gênero da que os gregos tinham estado familiarizados desde o século V. Cícero estabeleceu os

fundamentos da República, calçados, a exemplo das cidades gregas, no princípio do *interesse comum*, embora se distinguísse daquelas na execução prática do conceito. A sua obra diletta, **De Res Publica**, pelo título e pela forma dialogada, revela a marca do texto homônimo de Platão. A obra inclui comentários sobre o funcionamento e o “espírito” do sistema político romano, notadamente os métodos pelos quais a plebe era tão completamente mantida sob controle. Nela encontramos a definição clássica de República, citada nos livros I e III:

“É pois a República coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum (...) aquilo que tem o seu funcionamento na igualdade dos direitos e na comunhão de interesses (...) a ‘coisa pública’ é verdadeiramente coisa do povo, sempre que administrada com justiça e sabedoria”. (Cícero, 1932, p. 45-143)

O vocábulo *povo* se refere, nesse caso, exclusivamente ao conjunto dos cidadãos na posse plena dos seus direitos cívicos. O termo *República*, ou *Res Publica*, tem o significado de *coisa pública*. Nos Dicionários Latino-Português e Latino-Vernáculo *Res* é tratado como coisa, objeto, ser, e *Publica*, palavra feminina, traz o sentido original de meretriz, ou seja, aquela que pertence a todos. As formas *publicus*, *publicum* correspondem ao que é geral, ordinário, vulgar, do que concerne ao povo e ao bem comum. Essas noções, ao que parece, se constituíram em oposição aos privilégios políticos de uma elite religiosa que domina-

ra por muito tempo os destinos da comunidade, quando esta ainda era conduzida sob o signo do sagrado e do mistério.

O conceito *res publica*, ao contrário, sugere um momento de abertura da participação cívica, simbolizada na formulação de uma terminologia claramente popular, cujo significado, profundamente arraigado nas mentalidades, gozava de ampla ressonância na cultura romana. Como afirmamos anteriormente, a vitalidade de um conceito depende de sua integração na práxis social. Mas, em solo romano, a marcha da consolidação da cidadania pobre e de suas reivindicações não teve prosseguimento, tendo sido interrompida em algum momento de sua história.

Os seus fundamentos básicos, no entanto, eram os mesmos que haviam inspirado a democracia grega; os critérios eram semelhantes e o princípio do governo da lei se mantinha. A grande linha divisória entre as cidades-Estados democráticas e oligárquicas girava mais em torno de suas formas de governo e a condução da política, do que sobre os princípios que as norteavam.

Diante do exposto, torna-se possível uma segunda constatação: a estrutura republicana é grega, mas o conceito *Republica* é romano. Os gregos introduziram os mecanismos essenciais ao funcionamento da República: o regime da lei, a noção de cidadania, a eleição dos magistrados pela Assembléia, o caráter colegiado e rotativo dos cargos públicos, noções essas capitaneadas pelo princípio do *interesse comum*, que sustentava a legítimi-

dade política e o arcabouço institucional. Couberam aos romanos a criação da terminologia *res publica* e a sistematização do conceito, fazendo da *civitas* latina uma experiência republicana efetiva, calcada na idéia fundamental do *interesse comum*.

Os princípios da *res publica* na modernidade

A concepção moderna de *República* – que atravessa a contemporaneidade – preserva parte dos princípios originais mencionados, conforme indica a definição atual, encontrada no **Novo Dicionário Aurélio**: a República é uma “organização política de um Estado com vista a servir ao interesse comum”, ou ainda, “um sistema de governo em que um ou vários indivíduos eleitos pelo povo exercem o poder supremo por tempo determinado”. Parece que o grande diferencial entre a concepção clássica e a moderna está no seu fundamento ético. A *polis* grega, núcleo original da reflexão política, era uma sociedade fundamentada numa ética coletiva. O *interesse comum* e o *bem comum* foram tratados como uma coisa só. O Estado, confundido com o governo, tinha, para Aristóteles, um estatuto ontológico, imbuído de espírito moral, não se resumindo a uma composição de funções. A racionalidade política clássica era essencialmente teleológica: as teorias, de Platão a Cícero, trazem o finalismo da idéia do *Bem*. A melhor constituição seria, nesse caso, aquela que

ordenasse as condições mais adequadas para a realização de um fim – a justiça, na cidade – unindo a ciência do Bem e a ação política, a ética e a política, segundo a mesma razão.

Essa associação se desfez, de acordo com o Padre Henrique Vaz, na teoria política moderna. Maquiavel, a exemplo de Platão, descreveu certas regras de ação para o chefe de Estado, o Príncipe, com a finalidade de consolidar o seu poder. Mas **O Príncipe** – expressão da mentalidade veiculada pela Renascença, no contexto de afirmação do individualismo burguês e do sentimento nacionalista – não traz as razões de ordem moral do tipo grego, pois o objetivo básico se tornara a obtenção de uma eficácia dos resultados, perseguida no exercício do poder. A política passou a ser identificada com a técnica do poder:

“O fazer e o produzir se tornaram fins em si, submetendo todos os meios e rejeitando os fins propriamente éticos.” (Vaz, 1983, p.9).

Por conseguinte, podemos dizer, na forma de uma constatação final, que a idéia da vida política no Ocidente moderno não pôde renunciar aos princípios fundamentais da herança clássica: a legitimidade, a realização da justiça e o interesse comum. Tais princípios estão presentes no modelo democrático burguês, que caracteriza grande parte das Repúblicas Ocidentais contemporâneas. Mas aqui eles seguem uma orientação distinta, desviando-se do postulado ético original.

Alguns teóricos atribuem a esse hiato a responsabilidade, ao menos parcial, dos sintomas de crise generalizada por que passa a sociedade ocidental, agrava-

da, nos últimos anos, pelos conflitos políticos, étnicos, religiosos e sócio-econômicos. Hannah Arendt, por exemplo, no seu livro **Entre o Passado e o Futuro** aponta para o impasse do pensamento contemporâneo, decorrente da dissolução dos padrões clássicos greco-romanos e a sua transformação em valores “*funcionais*”. Segundo a autora, com o advento da modernidade, os conceitos formulados na tradição clássica se apartaram da realidade fenomênica, tornando “*formas ocas*” as palavras-chaves da linguagem política, o que gera uma profunda lacuna, a ser, necessariamente, corrigida. Por isso, ela propõe o resgate de parte dessa tradição, numa nova perspectiva metodológica, que promova a circularidade entre fatos e teorias, retornando a certos conceitos básicos “*tais como liberdade e justiça, autoridade e razão, responsabilidade e virtude, poder e glória*” (Arendt, 1972, p. 41). Esse exercício intelectual poderia contribuir para o alargamento da reflexão política do século XX, através da inserção de perguntas relevantes no quadro de referência da perplexidade contemporânea.

No Brasil, esse impasse atinge contornos muito exacerbados, haja vista a gratuidade de certas falas político-partidárias, em que a consistência cede lugar a uma retórica oportunista. No Estado brasileiro os postulados democráticos se afirmam no plano do discurso e da teoria, principalmente: a prática política parece estar mais próxima do modelo republicano clássico-romano, voltada para os interesses privados de uma elite econômica e burocrática, que ignoram a grande massa de excluídos, aviltados nos seus direitos de participação

política efetiva e de igualdade de oportunidades. Esse panorama se expressa no arcaísmo dos nossos quadros institucionais, tradicionalmente marcados pelo fisiologismo, pelo nepotismo e outras posturas discutíveis, num contexto dramático de crise social e econômica agudas. Trata-se também de uma crise ética que exige uma redefinição dos valores e das regras para uma ação política eficiente, consciente e conhecedora das demandas públicas mais urgentes. Uma tarefa que ainda se encontra na sua fase embrionária de implementação e que envolve a sociedade brasileira no seu conjunto, ou seja, a sociedade política e a sociedade civil.

O redimensionamento da República brasileira requer, na direção indicada por Hannah Arendt, um aprofundamento radical do conceito *República* e de seu fundamento ético, do sentido coletivo nele implícito, ou seja, a realização da justiça social e do *interesse comum* dos cidadãos. Quem sabe, num futuro próximo, possamos fazer da nossa *Res publica* uma democracia de fato, a serviço das necessidades da maioria de uma população, de modo a integrá-la no exercício pleno da cidadania.

O tema é extenso, complexo e não se esgota nas considerações levantadas. Todavia, queremos crer, valendo-nos das palavras de Ciro Flamarion Cardoso, que

“Os exemplos apresentados devem ter sido suficientes para mostrar que a temática da cidade-Estado e sua racionalidade intrínseca constitui o ponto focal do conjunto de estudos e pesquisas que se voltam para a elucidação da história da Antigüidade Clássica.”

Entre nós, no Brasil, a atual conjuntura política tem provocado um novo interesse por tal história, por ter sido a civilização da cidade-Estado a primeira a se colocar as questões relativas à legitimidade do poder, à participação e à democracia. As respostas que lhes deu diferem das que hoje são propostas, mas o fato de tê-las formulado pela primeira vez, garantem-lhe uma atualidade reconhecida de século em século". (Cardoso, 1985, p. 80).

Referências bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BAKER, E. **Teoria política grega**. Brasília: Editora UnB, 1978.
- BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, Ciro F. **A Cidade-Estado antiga**. São Paulo: Ática, 1985.
- CÍCERO, M. Túlio. **De la République: des lois**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1932.
- COULANGES, Foustel. **A Cidade-Estado antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- CRETELA JÚNIOR, José, CINTRA, Geraldo U. **Dicionário Latino-Português**. 7ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
- DUBY, G. et alii. **História e nova história**. Lisboa: Editorial Teorema, 1986.
- FINLEY, Moses. **A política do mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- LE GOFF, J., NORA, P. (dir.) **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEITE, J. F. Marques. **Dicionário Latino-Vernáculo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lux, 1952.
- PEÇANHA, J. Américo. Vida e obra. In: PLATÃO. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- VAZ, Henrique. Ética e política. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 10, n. 29, set./dez. 1983.

VIVENDO A LIBERDADE: FUGAS E ESTRATÉGIAS NO COTIDIANO ESCRAVISTA MINEIRO

Liana Maria Reis

Departamento de História da PUC•MG

RESUMO

O objetivo do artigo é resgatar as estratégias cotidianas forjadas pelos escravos na província mineira entre os anos 1850 a 1888, através da análise dos anúncios de fuga registrados no vários periódicos da época.

Os anos de 1980 e 1990 marcam um importante momento da produção historiográfica brasileira acerca da escravidão. Essa produção vem tomando novas direções, buscando resgatar as várias atividades econômicas informais dos escravos e sua

inserção no sistema econômico em geral; vem também discutindo a flexibilidade do escravismo (no meio rural e urbano) no que se refere às novas formas em que se estabeleceram as relações senhor/escravo: negociações ou acordos sistêmicos. Esses estudos acabam suscitando e revendo questões tais como a violência, o paternalismo e o processo de reificação do escravo, rompendo com determinados estereótipos criados, segundo os quais ora o escravo era visto como ser totalmente passivo, submisso e incapaz de reagir à dominação e exploração às quais estava submetido, ora percebido como ser totalmente inconformado e rebelde. Muitos estudiosos buscam resgatar o cotidiano das relações sociais escravistas através da análise de novas fontes, reconstituindo

as ações, percepções próprias, estratégias e mecanismos de luta construídos, no dia-a-dia, pelos escravos e alforriados no contexto escravista brasileiro⁽¹⁾. Segundo Maria Helena Machado

“a historiografia da escravidão esforça-se hoje para superar as visões pessimistas a respeito do escravo e do liberto, mergulhando nas fontes documentais que permitem reconstruir a realidade da escravidão não necessariamente sob um ponto de vista heróico, mas realista”. (Machado, 1988, p.160)

Neste artigo pretendemos contribuir para o resgate das estratégias cotidianas forjadas pelos escravos no contexto provincial mineiro, particularmente no período compreendido entre os anos de 1850 a 1888. Partiremos da análise dos anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da província de Minas Gerais⁽²⁾, os quais possibilitam identificar as formas de luta e mecanismos de defesa e sobrevivência construídos pelos cativos na busca de sua liberdade.

Impulso para a fuga

A especificidade do desenvolvimento da economia mineira no século XIX, caracterizada por uma base produtiva agrária di-

versificada e a predominância da pequena e média posse de escravos – o que ampliava a base social de sustentação do próprio sistema escravista – demandava a concentração de cativos no meio rural.⁽³⁾ Novas fontes constituem apenas amostragens, porém são significativas. Dos 620 anúncios de fugas individuais publicados em 70 títulos de periódicos⁽⁴⁾, 189 (30,48 %) ocorreram no meio urbano e 431 (69,52 %) no meio rural, sugerindo a maior utilização da força de trabalho escrava nos setores agrários e atividades afins.

É sabido que a fuga representava uma ameaça radical ao sistema na medida em que impedia a extração do trabalho excedente, objetivo básico do escravismo, desestruturando o processo de produção e negando o direito de propriedade⁽⁵⁾. Entretanto, para o entendimento do significado histórico da fuga e suas múltiplas implicações na dinâmica social, faz-se necessário considerar que os diversos atos de rebeldia escrava tiveram pesos políticos distintos nos diferentes momentos do desenvolvimento do sistema escravista. No período aqui tratado, concordamos com a afirmação de Ademir Gebara para quem, dentre outros protestos

“as fugas foram um fator de importância fundamental para forçar a

precipitação final do processo de transição para o trabalho livre. Isto se daria porque, não podendo ser a fuga considerada uma atividade criminosa stricto sensu, ela acabaria por impor o envolvimento, de forma crescente, de setores livres da população e, com isso, sua repressão passaria a depender tanto do apoio da comunidade, quanto da extensão da repressão a outros setores da população que não o escravo”. (Gebara, 1988, p.123).

Os anúncios de fuga demonstram claramente esta participação da comunidade na localização do fugitivo, ao mesmo tempo em que informam a existência de laços de solidariedade ou de interesses econômicos estabelecidos entre escravos e demais indivíduos daquela sociedade. É o que fica evidenciado através da palavra “consta”, indicando informações dadas ao senhor sobre o paradeiro do cativo.

É sabido que a fuga, sendo uma contradição do escravismo, pois sua ocorrência originava-se da própria existência do escravo, poderia ser motivada por razões diversas. A separação dos familiares pode ter sido o motivo da fuga do escravo Francisco, crioulo de 35 anos, que andava “sempre de alpercatas por sofrer cravos nos pés”. Gostava de andar com tropa, mas tinha “desembaraço para qualquer serviço”, e provavelmente era escravo de aluguel – prática muito usual na provín-

(1) Destacamos, entre outros, os trabalhos de LARA (1988), ALGRANTI (1988), SILVA e REIS (1989) e CHALHOUB (1990).

(2) Os jornais consultados pertencem ao acervo do Arquivo Público Mineiro.

(3) No decorrer do século a população provincial cresceu consideravelmente. Em 1831/40 a população livre somava 75.477, enquanto a escrava era de 34.384, números que sobem, em 1872, para 1.669.276 e 370.459, respectivamente. (LIBBY, 1988, p. 367).

(4) São jornais de diversas regiões da Província e de várias tendências políticas que compõem a Seção de Jornais Avulsos do Arquivo Público Mineiro.

(5) Segundo SILVA (1989, p. 62) “a unidade básica da resistência no sistema escravista, seu aspecto típico foram as fugas, o abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade”.

cia mineira⁽⁶⁾ – pois dizia o anúncio que Francisco “esteve empregado oito annos na companhia do morro de Sant’Anna”. Ele era “bastante prosa” e presumia-se forro, indicativo de um costume do escravo de passar-se por alforriado quando fugia, o que poderia explicar o fato de o proprietário querer livrar-se do fugitivo ao informar que “logo que o referido escravo” fosse “preso” e aparecendo comprador, ele seria vendido “por preço razoável”. Segundo ainda o anúncio, supunha-se que Francisco “tomasse a direcção do Carangolla pelo facto de lá ter irmãos”⁽⁷⁾. O núcleo familiar ou mesmo a comunidade na qual fora criado, constituía uma proteção ao cativo “fora da lei”, uma segurança da permanência da condição de fugitivo.

A venda do escravo para regiões longínquas de sua terra natal poderia também ser uma forte razão para a fuga. Adelino, de “côr retinta” fugiu em finais do ano de 1881 da fazenda Arapoca, freguesia de São José d’Além Paraíba, município de Mar de Espanha, e dizia o anúncio que era

“a quarta vez que foge e em todas ellas tem procurado o centro da provincia de Minas, para chegar a Bahia e dalli ao Ceará, donde é filho”.⁽⁸⁾

Em outros casos, a mudança de proprietário motivava a reação escrava. Assim, Claudiano

desapareceu ao Dr. João das Chagas Andrade no dia 25 de maio de 1856. Ele havia sido comprado ao Sr. João Inocêncio de Faria “e fugio por não querer hir com o novo senhor, que o comprou”.⁽⁹⁾ Bastante curioso foi o fato ocorrido em 26 de junho de 1867 na fazenda de Joaquim Antônio de Almeida Gama, localizada na Floresta da freguesia da cidade de Leopoldina. Naquela data apareceu ali João, crioulo de 25 anos, “boa pronúncia”, dizendo que era escravo da Sr^a D. Joana Soares Policena, moradora do lugar denominado Vacalo, adiante da cidade de Conceição do Serro. No anúncio colocado por Gama no Noticiador de Minas, de Ouro Preto, datado de 22 de outubro de 1868, o escravo João contava sua estória. Dizia ele

“que veio em companhia de Roberto Alvarez Ferreira, morador no arraial da Abobreira, e que no município de Cantagallo, fugia delle supondo que o queria vender, e que havia de voltar para a casa de sua Sr^a, e que promettia não fugir, até que ella o mandasse buscar”.⁽¹⁰⁾

Diante disto, Joaquim Gama pediu providências ao delegado de seu município, “o qual deixou o escravo nesta fazenda para evitar despezas a Sr^a”. E embora o delegado tivesse por três vezes oficializado o fato ao delegado da cidade do Serro para comunicar

com a proprietária do escravo, até aquele momento nada havia sido resolvido, levando Gama a publicar o anúncio, “esperando que a dita Sr^a, ou quem direito tiver ao mencionado escravo” o mandasse buscar.

Não sabemos o motivo pelo qual João acompanhava Ferreira – talvez tivesse sido alugado para exercer alguma tarefa ou ajudar na viagem. É possível que Roberto Alvarez tivesse realmente ordem da proprietária para vendê-lo ou desejava aproveitar-se da ocasião para vendê-lo por conta própria. Suposição falsa ou verdadeira do escravo que, estrategicamente, evadiu-se, procurando auxílio de um fazendeiro, possivelmente também proprietário de escravos e defensor do direito de propriedade, como forma de impedir sua provável venda.

Entretanto, o anúncio terminava com um recado para a Sr^a D. Joana: se ela quisesse vender o cativo, mandasse “pessoa autorizada, porque naquela freguezia havia quem quisesse comprá-lo”,⁽¹¹⁾ o que poderia gerar nova fuga de João, diante de sua recusa de ter novo senhor.

Seja por qual motivo fosse, a fuga sinalizava para o cativo a possibilidade de construção de uma nova vida e mesmo a constituição de um núcleo familiar, ainda que juridicamente o fugi-

(6) Em Minas Gerais alugar escravos era uma prática usada desde o século XVIII, tendo se expandido ao longo do século XIX, principalmente após o término do tráfico negreiro, devido à alta dos preços de cativos. O setor agrícola parece ter sido aquele que mais se beneficiou com o sistema de aluguel de escravos, e a Zona da Mata (produtora de café) a região da provincia que concentrava maior número de escravos jornaleiros no último quartel do século passado (LIBBY, 1988, p.95).

(7) *Diário de Minas*, Ouro Preto, 5/9/1877, p. 4.

(8) *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 5/1/1882, p. 4.

(9) *O Bom Senso*, Ouro Preto, 2/06/1856, p. 4. LARA (1988) chama a atenção para casos ocorridos no Rio de Janeiro, onde escravos interferiam em sua própria venda.

(10) *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 22/10/1868, p. 3.

(11) *ibidem*, p. 3.

tivo permanecesse escravo, correndo o risco de ser reconhecido e preso a qualquer momento. Muitas vezes o sucesso da fuga, expresso na sua duração, era garantido pela mobilidade do cativo, que poderia circular mais livremente pelas regiões, executando variadas atividades.

Estratégias cotidianas

No transcorrer do tempo, o escravismo sofreu transformações e adaptações no que se refere às formas de exploração e ocupação da força de trabalho escrava, como o sistema de aluguel. Esse sistema, amplamente utilizado no Brasil e Estados Unidos, era uma forma de trabalho praticada tanto no campo como na cidade e facultava aos escravos alugarem seu próprio tempo e força de trabalho “sem intermediários”, vivendo em liberdade (Algranti, 1988, p.49/50). Isto acarretava problemas graves para a administração provincial (particularmente no meio urbano), cuja função era zelar pela manutenção da ordem social. Tarefa difícil para os administradores públicos, incluindo os agentes da repressão, pois tornava-se complicado identificar a real condição social do indivíduo nos núcleos urbanos provinciais mineiros, como veremos adiante. É ilustrativo o caso de João Africano, que fugiu da fazenda

em Ponte Alta nos últimos dias do ano de 1874, “*onde se achava trabalhando por officio de pedreiro*”. Acreditamos que esse escravo fosse alugado, pois constava, no anúncio de sua fuga, que João levou a quantia de 80.\$000 em dinheiro – possivelmente o preço da execução da tarefa exercida – e “*sahio dizendo que ia procurar serviço*”; entretanto, “*não appareceo*” mais. O proprietário desconfiava que o fugitivo “*se dirigio à cidade de Barbacena onde tem conhecimento*”.⁽¹²⁾

Esse exemplo mostra a mobilidade do escravo ao sair por conta própria e procurar “*serviço*”, provavelmente em lugares onde ele era conhecido, ou tinha amigos e parentes, ou mesmo onde havia trabalhado. Isto demonstra a flexibilidade do sistema escravista no que tange à abertura de campos de possibilidades para o escravo, permitindo-lhe escolher como ocupar seu tempo, garantindo sua sobrevivência e, em momentos propícios, sua liberdade, ainda que temporária.

Seria de se presumir que, por sua condição de escravos, os fugitivos fossem indivíduos tristonhos, mal-humorados, acabrunhados. Nossos dados, porém, falam de fujões alegres, falantes, prosas, “*políticos*”, mesmo tendo sinais de castigo pelo corpo, muitas vezes em função de outras fugidas. Essas características comportamentais poderiam ajudar o escravo em seus contatos pessoais, especialmente quando

associadas a algum tipo de saber ou especialização, o que possibilitava a sobrevivência e o sucesso da fuga. Vicente, “*mulato cor de rapadura*”, escravo do padre Amador de Barros Mello, morador na freguesia de Ouro Fino, mesmo tendo “*signais de castigo nas nádegas*”, era tocador de viola, “*alegre e risonho*”. Constava que ele havia fugido “*novamente*” no dia 10 de abril de 1856 e que, quando isto ocorria, Vicente andava de “*carapuça ou lenço na cabeça*”, além de mudar o nome, “*sendo conhecido em alguns lugares da província, e da de São Paulo por Juca, e Zeca pião, em outros por José Amaro, e José Baptista, etc., tendo-se casado na penúltima fugida, em que andou nove annos em vários pontos*” da provincia mineira. O escravo entendia de “*arrear, ferrar, de adornar, e de fazer lombilhos, e trançar de laços, etc., de carpinteiro, alfaiate, e alguma cousa de ler e escrever, e de ajudar a missa, etc*”⁽¹³⁾. Esse conhecimento vasto para trabalhar em vários ofícios possibilitava ao fugitivo manter-se durante anos, por conta própria, inserido no mercado de trabalho, provavelmente estabelecendo contratos sob bases não escravistas⁽¹⁴⁾. Por outro lado, a estratégia de mudança de nomes contribuía para dificultar sua identificação e manter o sucesso das fugas, levando Vicente, inclusive, a contrair matrimônio em uma dessas ocasiões, em que ficou nove anos foragido. Quanto ao uso da carapuça ou lenço na cabeça, vale lembrar a possi-

(12) *Diário de Minas*, Ouro Preto, 21/1/1875, p. 4.

(13) *O Bom Senso*, Ouro Preto, 5/6/1856, p. 6.

(14) Sobre o impacto social das fugas na constituição do mercado de trabalho livre na província mineira ver REIS (1991).

bilidade de se tratar de um mecanismo de identidade cultural africana. As variedades de arranjos utilizados pelos africanos e seus descendentes no Brasil correspondiam à variedade de procedências regionais africanas e poderiam significar simbolicamente “proteção”. (Freyre, 1979, p. 113).

Não seria à toa, portanto, o uso que Vicente fazia do adereço à cabeça: servia para atrair a proteção de divindades (resistência cultural religiosa), garantindo a vitória de suas fugidas tão prolongadas, a despeito das tentativas de capturá-lo. No dia 15 de maio do mesmo ano de 1856, Vicente fora atacado por uma escolta na freguesia de São José de Jaguari,

“a que resistio com uma faca, e uma garruxa dando fogo na escolta, e com quanto fosse ferido na cabeça e braço, todavia escapou-se deixando na peleja até o chapéu, e na caza em que se curou, gabou-se que tinha desabussado a dita escolta, e o mesmo hiria fazendo para as partes de Prasununga, para onde consta ter-se dirigido”⁽¹⁵⁾.

Além de enfrentar a escolta com as armas de que dispunha, a atitude de Vicente em gabar-se do feito – escapulindo mesmo ferido – expressava a sua valentia e tenacidade, bem como a fragilidade e incompetência do corpo de policiais no cumprimento do dever. Na realidade, tratava-se de um desafio aos indivíduos

que representavam o poder institucional, cuja função era manter a ordem social e reprimir os infratores das leis, criminosos e escravos fugidos.

O policiamento da província mineira constituiu um grave problema para as autoridades, ao longo do século, e as tentativas encontradas para sua resolução, como a criação das Guardas Municipais (1873), não surtiram os resultados esperados. No ano de 1875, o delegado de Polícia, Antônio Soares de Albergaria, chamava a atenção do Presidente da Província para a crise das Guardas Municipais. Além da falta de armamento e dificuldades de transporte para agilizar a sua ação, a experiência havia demonstrado ser impossível a organização completa das esquadras municipais. Isso porque, segundo o delegado, “só se oferecem, em regra, para esse serviço indivíduos que, mais que todos, precisão ser policiados”.⁽¹⁶⁾

E concluía Albergaria: durante o ano de 1874 a força policial da província foi “composta de pessima gente, desarmada e sem a mínima disciplina”.⁽¹⁷⁾

Essa situação, entretanto, parece não ter se modificado ao longo dos anos de 1870 e 1880 e nossos dados revelam o possível estabelecimento de relações de amizade e solidariedade entre escravos fugidos e ex-policiais, bem como a tentativa, em alguns casos bem-sucedida, de entrada

daqueles nas Guardas Municipais. Em 1884, um escravo fugiu da cidade de Santa Luzia do Sabará “em companhia de um ex-soldado, de nome Manoel Alves (vulgo Passarinho), em demanda do Curvelo”⁽¹⁸⁾. Um ano antes, o escravo José, de 24 anos, fugiu da cidade de Formiga, tendo sido visto em São João Del Rei, constando ou presumindo-se que ele pretendia “assentar praça no corpo de polícia ou exército”⁽¹⁹⁾. Já Cipriano, cativo do cônego Antônio Chaves, que fugiu da cidade de Montes Claros, em 1866, conseguiu integrar o corpo policial da capital da província. Dizia o anúncio de sua fuga:

“Consta que vai com o nome de Manoel Francisco, com o qual fugio de S. Paulo em 1862, e assentou praça na tropa de linha de Ouro Preto, como recruta, sendo em 1863 reivindicado por seo senhor. Consta que deseja assentar praça; e é natural que seja recrutado. Leva caminho d’Ouro Preto, e ate a Conceição teve-se delle notícias”⁽²⁰⁾.

Novamente percebe-se que a mudança de nome era a estratégia de defesa usual dos escravos, e que naquele momento a possibilidade de confirmar a veracidade da identificação do indivíduo era extremamente limitada, mesmo se tratando da incorporação num corpo policial. Este caso vem reafirmar as palavras do delegado Albergaria, no que tange aos integrantes da polícia mineira.

(15) *O Bom Senso*, Ouro Preto, 5/6/1856, p. 6.

(16) *Apud* Relatório do Presidente da Província Pedro Vicente de Azevedo, Secretaria de Polícia de Minas, 20/17/1875, Apenso 1, p.5.

(17) *Idem*, *ibidem*, p. 5.

(18) *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 6/6/1884, p. 3.

(19) *Colombo*, Campanha, 31/8/1883, p. 4.

(20) *Diário de Minas*, Ouro Preto, 3/2/1867, p. 3.

Porém, outras estratégias de sobrevivência foram amplamente utilizadas pelos fugitivos, algumas com requintes de criatividade e sagacidade.

A escrava Joaquina da Nação Monjolo fugiu de Ouro Preto em 1867, juntamente com o escravo Camilo e foram

“encontrados pedindo esmollas em Catas Altas de Matto Dentro e Ponte Nova, a negra fingindo-se cega e o negro guiando-a, e dizião a todos que lhes perguntavão de onde vinham, que desta cidade, e que seo senhor os tinha forrado”⁽²¹⁾.

Outros cativos utilizavam recursos curiosos de sobrevivência, como o africano Manoel (Nação Congo) que se fingia “muito humilde”, mas era “bastante sagaz para illudir”.⁽²²⁾ Ou como o escravo Cláudio, que fugiu da cidade de Queluz, em 1874, sendo “bem civilizado”, tendo “boa figura” e podendo “com facilidade (...) passar por forro”.⁽²³⁾ É interessante observar a distinção socialmente feita da figura do escravo e do liberto. O alforriado era percebido como indivíduo mais “civilizado”, ocupando, de fato, um lugar diferenciado e superior ao cativo na estrutura social, embora na prática fosse também visto pela administração e pela sociedade (principalmente se negro) como elemento cujos passos deveriam ser controlados e vigiados, particularmente se estabelecesse “relações perigosas” (de qualquer ordem) com escravos.

Não raro, os cativos, para fugir da perseguição policial e continuar na “clandestinidade”, optavam por um outro recurso: a falsificação de documentos. Zacarias, crioulo fula, que fugiu de Itabira do Mato Dentro no ano de 1878, costumava mudar o nome quando se evadia e “sempre” obtinha “passaporte falso”.⁽²⁴⁾ Da mesma forma, o escravo Cândido, há oito anos fugido da fazenda do termo da cidade de Piranga, possuía “carta ou documentos falsos”,⁽²⁵⁾ o que lhe garantia enganar as batidas policiais e o sucesso da fuga. Esses falsos documentos poderiam ser desde cartas de alforria até autorização dos senhores para a viagem ou a execução de determinadas tarefas em outras regiões.

A existência no plantel escravo de indivíduos alfabetizados poderia facilitar a aquisição desses tipos de documentos, uma vez que a própria condição de cativo e fugitivo criava redes de sociabilidade e solidariedade entre eles, constituindo, por sua vez, estratégias de resistência, ainda que provisórias. Tendo fugido da fazenda Barra do Turvo, município da cidade do Piranga, em 1886, o escravo Antônio

“esteve na cidade da Itabira onde trabalhou em serviço de pedras para o Sr. José Maria Pimenta, com o nome de José Antônio em companhia de um outro escravo que foi preso naquella cidade; consta ter seguido para a Lagoa Dourada com destino a cidade do Serro”.⁽²⁶⁾

Uma vez preso o colega, Antônio retirou-se para outras regiões, prevenindo-se contra a sua identificação e conseqüente aprisionamento. Alguns escravos, mesmo quando presos, não desistiam de tentar novas fugidas, como o africano Manoel Mendanha que se evadiu de uma fazenda em Porto Novo da Cunha em fins de novembro de 1876. Como falasse “bem”, parecia “crioulo” e tinha sinais de açoites e “pega” espalhados pelo corpo: “*elle a primeira vez que fugiu foi preso em S. João Baptista de Minas Novas, e tornou a fugir 2ª vez e foi preso em Catas Altas na fazenda de um dos Srs. Drumonds*”. Seu Senhor mandou buscá-lo e “*elle evadio-se nas immediações do Porto Novo*” e tinha costume de “*dizer que é forro*”.⁽²⁷⁾

Na luta pela liberdade, os fugitivos esmeravam-se na construção cotidiana de mecanismos de resistência, num jogo de sobrevivência no qual tudo valia: mudar de nome, fingir-se humilde e deficiente, ser civilizado, valente, usar a força das armas, arriscar novas fugidas, falsificar documentos e, sobretudo, passar-se por alforriado. Tudo era válido para garantir a sonhada “liberdade”. Liberdade arriscada e difícil de ser mantida numa sociedade na qual eram perseguidos, vigiados e marginalizados, mas que, contraditoriamente, também os incorporava à vida econômica e social.

(21) *Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/7/1867, p. 3.

(22) *O Bem Público*, Ouro Preto, 6/12/1860, p. 4.

(23) *Diário de Minas*, Ouro Preto, 22/3/1875, p. 4.

(24) *A Província de Minas*, Ouro Preto, 26/4/1883, p. 4.

(25) *ibidem*, 19/4/1883, p. 4.

(26) *ibidem*, 30/5/1886, p. 4.

(27) *A Actualidade*, Ouro Preto, 18/6/1878, p. 3.

Se a análise da estrutura e funcionamento do escravismo permite verificar a existência de um processo de reificação do escravo, o resgate do cotidiano escravista possibilita perceber como homens e mulheres, submetidos à escravidão, gerenciavam suas vivências, ainda que limitadas estruturalmente.

As reflexões sobre as experiências diárias dos escravos, originadas da leitura das fontes documentais, evidenciam agentes históricos nada passivos, ao contrário, espertos, inteligentes, determinados. Sujeitos com percepções próprias, forjadores de várias estratégias, fazendo escolhas que atendiam a seus interesses pessoais. Não heróis ou vítimas, mas indivíduos que souberam, diante das oportunidades surgidas, optar por caminhos que eles imaginavam que os conduziriam a uma vida melhor.

A fuga era um dos mecanismos adotados pelos escravos na busca da sonhada “liberdade”. Não a “melhor liberdade”, aquela conseguida juridicamente,

que lhe garantia um lugar “legalizado” na estrutura social, mas a liberdade possível. Podemos aventar a hipótese de que em casos de sucesso da fuga, a permanência na clandestinidade seria a melhor solução para o fugitivo. Isto porque nem sempre possuir pecúlio suficiente para comprar a carta de alforria era sinônimo de liberdade, considerando uma sociedade caracterizada pela pequena e média posse de escravos, com a mineira. Nesta realidade, possuir cativos, ainda que em número reduzido, era condição básica de sobrevivência para os senhores e garantia de status social. Neste caso, não deveria ser raro proprietários se negarem a conceder a carta de alforria, mesmo mediante pagamento. Soma-se a isto o aumento do preço do escravo no pós-1850, fortalecendo a necessidade de manutenção do plantel escravista existente. Por outro lado, o fugitivo, ainda que vivendo uma situação de insegurança, conseguia trabalhar, conhecer pessoas e lugares, constituir núcleo familiar pró-

prio e, acima de tudo, passar-se por forro.

O sistema de aluguel, propiciando lucros para o senhor, abria caminhos para maior autonomia escrava no que se refere à mobilidade e liberdade de circulação, permitindo ao cativo estabelecer contatos com indivíduos das diversas condições sociais, base de muitas estratégias de luta e projetos de liberdade.

As autoridades administrativas, embora atentas aos problemas originados dessas “relações perigosas” estabelecidas entre escravos e demais agentes históricos, não conseguiram impedir a construção de redes de sociabilidade e solidariedade entre os indivíduos, mesmo os “fora da lei”.

As iniciativas particulares e originais próprias dos escravos eram criadas em suas experiências diárias, na tentativa de alargar o campo de possibilidades para a melhoria de suas condições de existência concreta e para a conquista de uma liberdade vivenciada: uma liberdade historicamente possível.

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2a. ed. São Paulo: Nacional, 1979. (Brasílica, v.370)
- GEBARA, Ademir. Escravidão: fugas e controle social. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.18, p.103-146, 1988.
- LARA, Sílvia H. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, v.16, p.143-160, 1988.
- REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- REIS, Liana Maria. Fuga de escravos e formação de mercado de trabalho livre na Província Mineira (1850/1888). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v.73, p.203-217, 1991.

APARÊNCIAS E APARIÇÕES – ESTÉTICA BARROCA – A IMAGEM OCULTA

Mônica Eustáquio Fonseca
Departamento de História da PUC•MG

RESUMO

Cinco artistas, quatro europeus e um brasileiro, servem como fontes de referência para a elaboração de um tipo de leitura sobre a estética barroca. Esta implica a configuração de dimensões que lidam com o “objeto” oculto. A trajetória assim construída institui um espaço ilusionista que tende a nos induzir a dimensões não capturáveis na imediatividade do olhar. Sendo assim, a imagem proposta pelo barroco estabelece uma acessibilidade hierarquizada, que tem seu ponto de consecução no acionamento da racionalidade, a qual se opõe a uma percepção puramente sensorial e a radicaliza.

O objetivo desse trabalho é estabelecer a aproximação dos propósitos expressivos adotados por esses artistas e encontrar os recursos formais de que se servem para chegar a seus fins.

A pesar de o Barroco ser exaustivamente tratado, sob os mais diferentes ângulos de visão, ainda restam instigantes campos nos quais podemos trabalhar. Um deles é o tratamento que o Barroco dá à imagem.

Quando se diz imagem, indiretamente está-se falando também do olhar, porque a imagem subentende o olhar. Para os olhos que não vêem não há imagem, pelo menos não a imagem real, física, concreta que nos é dada pelo olhar.

Aqui, tomamos emprestado a Ferreira Gullar uma “tentativa de compreensão”, uma ver-

tente interpretativa através da qual podemos encontrar dois tipos de olhares no Barroco: um olhar que chamaremos de físico, este que acabamos de citar, que nos oferece a possibilidade de apreender o mundo

e a sua realidade visual; e um olhar metafórico, aquele que vai além da realidade aparente, que penetra num universo oculto e reconstrói o mundo e a realidade mesma a partir dessa descoberta.

A visão – o olhar – é um elemento essencial quando se trata de apreender o fenômeno das artes plásticas, e no caso do Barroco, ele é fundamental, já que é sobre ele e através dele que se constitui a estética do Barroco.

A importância da visão na apreensão da realidade e a sua utilização como fundamento para a construção de um determinado tipo de olhar relacionam-se ao fato de que a percepção do homem é histórica.

“O Barroco é um modo de ver a realidade, que surge num determinado momento da história da visualidade. Através da história, o homem aprende a ver, criou modos de ver que desapareceram e inventou outros modos” (Gullar, 1988, p. 218).

Assim vemos o mundo com nossa noção da história, enquanto indivíduos e enquanto humanidade. E não é preciso que comecemos tudo outra vez, já que o fundo da história sobre o qual existimos e nos construímos nos permite avançar sobre a experiência pregressa.

Utilizando-nos dos fundamentos conceituais de Wölfflin, apelamos ao olhar renascentista para podermos entender com mais propriedade o olhar barroco e daí atingir o seu jogo de imagem, aquela imagem que nos sensibiliza fisicamente o olhar e aquela que o nosso olhar metafórico constrói, a imagem potencial que permanece oculta.

A Renascença introduz um olhar decisivo na História da Arte, na história da experiência estética do homem. Naquele momento o homem, por uma série de razões, constrói um espaço harmônico, objetivo, racional. O Renascimento introduz uma mudança substantiva; ele introduz o mundo moderno, carregado de novos valores da racionalidade, uma certa libertação do homem em relação à superstição e ao domínio religioso. O homem constrói por si mesmo sua experiência do mundo e para isso se serve da racionalidade de que é depositário. Cria um espaço de razão. Na estética do Renascimento, a perspectiva é o instrumento básico dessa nova visão. No período medieval, a dimensão perspectiva era de outra natureza: o espaço quase sem profundidade apresentava-a eventualmente ambígua, ela não tinha a clareza nem a racionalidade que passa a ter com o Renascimento.

O Barroco surge no século XVII, inconsciente de si mesmo mas resultado de uma tentativa derradeira de expressar a grandeza do homem. Para alguns críticos e historiadores de arte do século XVIII, era absurdo e de mau gosto. Era visto como uma coisa desorganizada, irregular, exibicionista, sinônimo de tudo que se considerava como antiartístico, não estético. Somente o século XIX resgata o Barroco como expressão estética válida e como fenômeno estético de alta qualificação.

Assim, enquanto a Renascença se caracteriza pelo equilíbrio, pela harmonia, pela racionalidade das construções espaciais, si-

metria e clareza, o Barroco é exatamente o contrário: é a irregularidade, a assimetria, a paixão, o delírio, o inesperado e o oculto.

A validação do Barroco como fenômeno estético se deu apenas quando o tipo de olhar que ele construiu sobre as coisas do mundo tornou-se compreensível. Isso só aconteceu na época moderna no final do século XIX, depois do Impressionismo. Só a Modernidade foi capaz de aceitá-lo e compreendê-lo como fenômeno decorrente das múltiplas variáveis que dominaram a civilização ocidental, resultado do intenso trânsito e intercâmbio de formas entre as nações. A configuração espacial que o Barroco propõe quebra toda a perspectiva central que havia sido implantada com a Renascença. A Renascença coloca a obra diante da visibilidade de um espectador imóvel, num ponto de vista determinado. O Barroco nos faz olhar suas figuras de vários ângulos, elas se mexem, voam sobre nós e se entortam, se deslocam em amplas diagonais para o espaço interior ou saltam sobre nós. Na perspectiva renascentista, o mundo está enquadrado dentro da cena, dentro da tela. No Barroco estabelece-se uma conexão, uma continuidade entre o espaço da obra e o espaço real. O olhar em si é um elemento importante dessa conexão. Em Velázquez especialmente, os olhos brincam conosco, nos buscam, convidam, seduzem e através deles adentramos aquele universo virtual. Há, assim, um comprometimento maior com a realidade importante para a compreensão da visão barroca.

O sentido do real depende basicamente do olhar, mas tanto a realidade como a irrealidade nos são dadas pelo olhar, muito mais que qualquer outro sentido. O Barroco trabalha com a ilusão, é uma estética que caminha ao encontro de um espaço ilusionista através da ilusão do olhar, o “*trompe-l’oeil*”. Assim, se

“é precisamente porque é pela visão, é pelo olhar que eu apreendo e assento os termos da realidade (que) a arte que trabalha com a ilusão desse sentido chega a violentar a noção de realidade com eficácia”. (Gullar: 1988, p. 221)

Através de um recurso ilusionista, o Barroco cria a dupla dimensão do olhar e, recorrendo a um jogo de imagens, monta o duplo espaço do que é visível, apreensível pelo olhar físico, e o que é oculto mas induzido a ser visto pelo olhar metafórico. Na verdade, o espectador constrói a imagem que não está dada, percorre um espaço que oscila entre o real e o imaginário e que atua sobre nós com a realidade das coisas verdadeiras.

Vários instrumentos formais foram utilizados pelos diferentes artistas que comungaram esse olhar vertiginoso-ilusionista. Apresentaremos alguns desses artistas, tentando destacar, na medida do possível, as características de cada um. Como o que nos interessa é perceber o sentido do visível e do oculto na imagem barroca, valer-nos-emos em cada artista daquele elemento chave que nos permitirá essa abordagem particular de sua obra.

O uso das relações espaciais A construção do jogo

Trabalharemos com artistas europeus mas falaremos um pouco também de um artista moderno brasileiro, criado e formado na tradição européia, e que, de regresso ao Brasil e, em especial, após sua transferência para Minas Gerais, assumiu a identidade da linguagem visual de Minas, que é a linguagem das montanhas, da sinuosidade do traçado topográfico. Esse artista é Alberto da Veiga Guignard. A curva é o traço das Minas, e é também o do Barroco. Falaremos então de Guignard, de Caravaggio, de Vermeer, de Velázquez e de Rembrandt.

Cada um deles tem a sua maneira própria de exercer a dicotomia sobre a realidade que configura a estética barroca. Caravaggio vai levar até as últimas conseqüências o efeito de luz e sombra, que buscou em Ticiano. Estabelece-se uma nova relação entre as figuras e o espaço. O efeito de luz realisticamente tratado imerge áreas imensas da obra em zonas da mais absoluta sombra. Resulta daí uma iluminação fantástica onde a luz e a sombra destacam o que deve ser contado e os volumes saltam aos nossos olhos. Caravaggio, através do uso de uma luz particular, imprime no espectador todo o impacto visual dos corpos sólidos, da massa dos objetos, ainda que estejam ocultos. São a caracterização corpórea e o ca-

ráter estático que prevalecem como elemento visual em Caravaggio.

Em Rembrandt, o centro de interesse não é o contraste mas a gradação. Também ele vai jogar com a luz e criar um espaço em volta da figura, maior do que em Caravaggio. A articulação entre figura/espaço/iluminação é dada a partir da figura, ela é o centro irradiador, ao mesmo tempo dada a conhecer pela penumbra circundante. “*Os corpos de Rembrandt são aparências reveladas por penumbras*” (Venturi: 1968, p. 110). Toda a sua materialidade e peso são excluídos, são imagens de paixões. Os corpos são espirituais e não materiais, luzes que são sombras. Rembrandt não pinta o que vê mas o que imagina ver. Sua pintura é uma vibração cósmica, a forma do invisível! Então pergunto: por ser invisível, será um ser menos real? A realidade (de Rembrandt) é sentida e se torna forma de sentimento, sua visibilidade só é real através do olhar - sentimento do artista. Daí ser diluída a forma plástica e nos depararmos com uma iluminação.

Outro aspecto da dimensão ilusionista desenvolvida pelo Barroco e que se mostra importante para a compreensão de dois dos nossos artistas é o senso intimista que atravessa grande parte dessas obras. Intimistas foram Velázquez e Vermeer, este mais do que nenhum outro.

Vermeer levou a sua visão da realidade à dimensão interior do homem. Não só o homem no interior de seu mundo privado mas, sobretudo, no interior de si mesmo. Assim, a casa, a mulher, o quarto, a janela vista de

dentro são os temas preferidos desse artista. Assim, é o silêncio pairando, imagem retratada, “vista” pelo artista, que é objeto de nosso olhar. Quando olhamos para Vermeer, olhamos para o silêncio, íntimo, imensidão entre quatro paredes, às vezes conectado ao mundo através de uma fresta de janela, uma cortina levantada que deixa desenrolar a cena diante de nosso olhar.

A visão que Vermeer nos transmite é o rigor sábio, arquitetural, de uma espiritualidade secreta.

Não há obra mais apropriada do que **As Meninas** para que possamos falar de Velázquez. Não há palavra mais apropriada que a de Michel Foucault para descobrir **As Meninas**:

“O pintor emerge da tela... Fixa um ponto invisível... Ele reina no mar dessas duas visibilidades incompatíveis: a tela reserva e o ponto invisível”.

“O olhar do pintor, dirigido para fora do quadro, ao vazio que lhe faz face, aceita todos os modelos”.

“O olhar soberano do pintor define o percurso até o lugar invisível do modelo e até a figura provavelmente esboçada na tela virada”.

“Olhamo-nos (modelo virtual que somos) olhados pelo pintor e tornados visíveis a seus olhos pela mesma luz que no-lo faz ver”. (Foucault: 1987, p. 19, 20, 21).

Em Velázquez a invisibilidade do objeto chega ao seu requinte: ele não mostra aquilo que vê (vale lembrar que o pintor retratado na obra é o próprio Velázquez) e, colocados no lugar daquilo que é visto, somos confundidos como participantes daquele espetáculo diante do qual jamais construiremos certezas.

Segundo Frederico de Moraes, o Barroco é mais que um estilo de arte, é um estilo de vida, um comportamento. A própria paisagem mineira é essencialmente barroca:

“No jogo de ilusões do Barroco, as cidades nunca se mostram de uma só vez, mas se deixam brincar de esconde-esconde, com fugas e contrafugas, caminhos e descaminhos. Depois de volteios e volutas, ela se mostra generosa e bela, no efeito ótico dos telhados e nas torres de igrejas.” (Moraes: 1974, p.72).

Guignard abraçou essa paisagem e inventariou seus bens. Assumindo o jogo infantil de esconde-esconde, lançou suas alvas igrejas, seus trens de ferro, na paisagem que confundia terra e céu, ora verde-azulada, ora cinza-esverdeada e fez do grande silêncio das montanhas seu personagem, ao mesmo tempo presente e ausente, visível e invisível que percorremos movidos pela necessidade da descoberta: personagem oculto que jamais se revela por inteiro. Nossos olhos descansam em Minas.

Referências bibliográficas

- BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção A).
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GULLAR, Ferreira. Barroco: olhar e vertigem. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- MORAIS, Frederico. **Guignard**. Rio de Janeiro: Centro de Artes Novo Mundo, 1974.
- VENTURI, Lionello. **Para compreender a pintura, de Ediotto a Chagall**. Lisboa: Editorial Estudio-Cor, 1968.
- WÖLLFLIN, Henrich. **Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

A MASSA DESVELADA: COMENTÁRIO SOBRE QUATRO ESTUDOS E UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE HISTÓRICA

Eduardo França Paiva
Departamento de História das Faculdades
Integradas Newton Paiva

RESUMO:

Este artigo é fruto de reflexões sobre a participação popular nos processos de transformação na História. Um dos principais objetivos é problematizar a utilização inflexível de paradigmas de análise pouco adaptáveis à investigação de processos ricos, complexos e desconhecidos pela historiografia. Trata-se de identificar e buscar compreender as variadas formas de resistência empregadas por populares, coletiva e individualmente. Isso significa, portanto, reconhecê-los como agentes históricos, impedir sua redução ao papel de vítimas indefesas e resgatar a identidade cultural que permeou sua atuação.

Quatro estudos

Os textos-base deste comentário foram produzidos nos anos 60 e 70, por historiadores que gozam de grande prestígio no cenário historiográfico atual. Em ordem cronológica de publicação, são eles: “A multidão na história; estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848”, de George Rudé;⁽¹⁾ “La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”, de E. P. Thompson;⁽²⁾ “Ritos de violência”, de

Natalie Zemon Davis⁽³⁾ e “História do medo no Ocidente; 1300-1800, uma cidade sitiada”, de Jean Delumeau.⁽⁴⁾

(1) O texto foi originalmente publicado em inglês: RUDÉ, George. *The Crow in History, 1730-1848*. New York, 1664.

(2) Originalmente publicado em inglês: THOMPSON, E.P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past and Present*, Oxford, n. 50, p. 76-136, 1971.

(3) Originalmente publicado em inglês: DAVIS, Natalie Zemon. The rites of violence: religious riot in sixteenth-century France. *Past and Present*, Oxford, n. 59, p. 51-91, 1973.

(4) Originalmente publicado em francês: DELUMEAU, Jean. *Lapeur en Occident (XIV-XVIII siècles): une cité assiégée*. Paris, Fayard, 1978.

Outros textos desses e de outros autores, como Charles Tilly, Christopher Hill e Eric J. Hobsbawm, poderiam, dadas as semelhanças na linha de análise, integrar essa lista, mas isto significaria extrapolar os limites inicialmente imaginados para este trabalho.

Entre os quatro historiadores escolhidos, dois têm suas atividades mais ligadas ao que se convencionou chamar de revisionismo marxista: George Rudé e E.P. Thompson. Rudé, desde os anos 50, engajara-se entre os que preconizavam novas interpretações marxistas para a História Social, passando a vislumbrar a “*história vinda de baixo*”. Thompson, ex-membro do Partido Comunista Inglês, coloca-se semelhantemente nos mesmos quadros revisionistas, preocupando-se com uma história trabalhista baseada nas atividades dos trabalhadores e não nas instituições. Em 1963 publica sua obra mais importante, *The making of the English working class*⁽⁵⁾, onde já aparecem a redefinição do conceito de classe social e a concepção de cultura enquanto força de transformação da história, negando o reducionismo economicista comum naqueles tempos.

Natalie Davis e Jean Delumeau têm ligações mais estreitas com a linha de pensamento dos *Annales* e com a *histoire des mentalités*, embora Davis tenha iniciado suas atividades mais voltada ao marxismo, integrando, em seguida, o já referido movimento revisionista. Ela, assim como Thompson, parte da cultura

para compreender o processo histórico e, mais do que ele, recorre à Antropologia na busca de um arcabouço conceitual que possa auxiliar sua análise. Delumeau, por sua vez, percebe o medo como componente (talvez um dos menos estudados) da estrutura social, determinante das transformações históricas.

Utilizando-se de caminhos às vezes semelhantes, esses historiadores vão analisar a atuação histórica da multidão, sobretudo na Europa, entre os séculos XVI e XIX, buscando demonstrar sua decisiva participação no processo de construção daquelas sociedades. O resgate da participação coletiva de populares enquanto agentes históricos é pois, uma das características que permitem a inclusão desses autores num mesmo grupo.

A perspectiva de análise histórica

No final dos anos 50, uma nova visão de História procurava trazer para o primeiro plano da análise os grupos que, embora tivessem concretamente atuado, deixaram poucos registros de suas intervenções sociais e permaneciam anônimos. Homens e mulheres de diferentes condições sociais, idades, crenças religiosas e identidades culturais, precisavam ser resgatados como agentes históricos e, para tanto, era necessário explicitar as numerosas maneiras encontradas por eles para se fazerem constru-

tores de seu próprio tempo. Neste sentido, os caminhos percorridos pelos estudiosos foram diversos e muitas vezes influenciados por concepções teóricas anteriores. Elementos dos paradigmas durkheimiano e marxiano foram retomados, assim como o pensamento dos *Annales*, dos antropólogos funcionalistas (Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard) e até mesmo a sociologia de Gilberto Freyre. Outros caminhos foram abertos pelo revisionismo marxista inglês e pela *nouvelle histoire* francesa. Em seu conjunto, as alterações metodológicas processadas determinaram a revisão da bibliografia anterior e a formulação de um novo tratamento para as fontes primárias, ampliando a variedade dos registros históricos passíveis de consulta e promovendo o reexame da documentação já conhecida.

A recuperação dos movimentos de massa da Europa “pré-industrial”, sobretudo na Inglaterra e na França, é um reflexo das novas preocupações dos historiadores e está presente nos quatro textos aqui analisados. De uma forma geral, os motins, rebeliões e insurreições estudados são vistos dentro de um determinado padrão de acontecimentos comum ao período anterior à efetiva industrialização das sociedades e à irrevogável centralização do Estado Moderno. Nem sempre recorrendo à violência e na maior parte das vezes apresentando uma certa organização, mesmo que precária, os movimentos populares começam a ser investigados sob novos parâ-

(5) A tradução brasileira é de 1987.

metros e passam a ser diferenciados da tradicional imagem da turba de assassinos, saqueadores e vagabundos. Contudo, o espontaneísmo – entendido como a inexistência de prévia organização e da não consciência dos alvos a serem atingidos – é tomado como característica iminente daqueles movimentos. Esta fórmula, entretanto, torna-se incoerente diante da identificação, feita pelos autores, de lideranças entre os grupos insatisfeitos. Delumeau, por exemplo, aponta os artesãos, padres e pregadores como os chefes da multidão e afirma que ela “*não age sem chefes e só adquire segurança levada por eles*” (Delumeau, 1990, p. 191). Ao mesmo tempo em que o potencial em si da multidão é subestimado, o espontaneísmo passa a ser um conceito questionável. As influências recebidas pelas massas antes das sublevações são presumíveis, mas superficialmente analisadas.

Outro ponto em comum é a demonstração de que as esferas econômica e política são incapazes de, sozinhas, explicar os movimentos de massa. As tradições constituem-se em um elemento fundamental das análises. Seja sob a forma de “*crenças generalizadas*” para Rudé (Rudé, 1991, p. 242), de “*preparo psicológico para revoltas posteriores*” para Delumeau (Delumeau, 1990, p. 174-175), integradas à religião e à ritualização da violência como se vê em Natalie Davis (Davis, 1990, p. 129-156) ou expressas através de uma “*economia moral da multidão*”, como propõe Thompson (Thompson, 1984, p. 62-134). Estes dois últimos, por sobrees-

timarem o papel da tradição e da cultura nas comunidades, buscando aí a explicação da legitimação das ações da multidão, são acusados por Suzanne Desan de camuflar os conflitos internos pelo poder e de privilegiar a coesão comunitária em detrimento das transformações ocorridas (Desan, 1992, p. 63-69).

Examinar os movimentos de massa sob o prisma da tradição, da cultura, do imaginário ou do medo, vale dizer, privilegiando elementos superestruturais, resultou em novas versões dos acontecimentos e nova problematização do tema. Resultou, também, em muitas “brigas” com alas marxistas mais ortodoxas. Thompson é um bom exemplo para o caso. A revisão de conceitos importantes como o de classe social encontrou forte resistência inicialmente, mas achase, hoje, ampla e internacionalmente aceita. Suas reflexões teórico-metodológicas sobre a formação da classe operária inglesa exercem grande influência sobre o estudo de outros temas, como, por exemplo, as mais recentes investigações em torno do escravismo moderno; a mesma observação pode ser feita em relação à *nouvelle histoire* e à *histoire des mentalités*.

No bojo das discussões propostas pelas novas vertentes históricas aparecem, também, assuntos praticamente negligenciados até então. Entre os textos ora comentados, pelo menos dois desses assuntos devem ser destacados: a constante atuação feminina nos acontecimentos e as sublevações no imaginário popular. No primeiro caso, já era conhecida a participação de mu-

lheres no processo revolucionário francês, mas não em outros eventos. Elas, entretanto, desempenharam importante papel na maior parte das agitações populares, em áreas urbanas e rurais. Natalie Davis as identificou nas lutas e quebra-quebras promovidos por católicos e protestantes franceses do século XVI (Davis, 1990, p. 153). Jean Delumeau as considera “*motor nas comoções provocadas pela carestia e pela escassez de cereais*”, levadas por “*uma espécie de reflexo biológico*”, visando defender “*a vida de seus filhos e a existência física de seu lar*” (Delumeau, 1990, p. 189).

O recente interesse pela atuação feminina junto aos processos históricos é um dos temas que melhor exemplificam as novas preocupações dos “revisionistas”. As “excluídas” da história, assim como outros grupos sociais menosprezados, estão se consubstanciando em um dos objetos de análise mais importantes para as novas gerações de pesquisadores. Isto não vem ocorrendo por puro modismo, mas como resposta à historiografia que os ignorou ou subestimou e, dessa maneira, acabou por forjar uma idéia um tanto facciosa sobre a história dos homens na Terra.

No segundo caso, a miséria e a penúria generalizadas, a ganância por lucros identificada junto a moleiros, padeiros e senhores feudais e a frequência das rebeliões ou suas ameaças de irrupção, levaram à formação de uma mentalidade revolucionária ou pelo menos sediciosa entre a população. Uma predisposição respaldada nos costumes de cada comunidade que, evidente-

mente, emanava de sistemas culturais, políticos e econômicos possuidores de peculiaridades. Em Thompson, o desenvolvimento desse processo é visto a partir de um modelo paternalista de supervisão dos mercados e de proteção do consumidor, incorporado e adaptado pela multidão, que, assim, legitimava a decretação do preço justo dos cereais apreendidos aos produtores e vendidos em praça pública. Dessa forma, a possibilidade de distúrbios populares estava, também, no imaginário dos comerciantes e proprietários, que em alguns casos capitularam aos primeiros sinais de inquietação da massa (Thompson, 1984, p. 111).

Também Bronislaw Baczko preocupou-se com essa problemática. Analisando as insurreições populares seiscentistas contra a progressão do Estado Moderno na França, ele afirma:

“Os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e a diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular.” (Baczko, 1985, p. 316).

O imaginário social é, também, construído e adaptado pelas camadas populares, embora em muitas outras vezes seja gerado e imposto de cima para baixo, manipulado pelo poder, que o mantém sob estreito controle. Num caso e no outro, e é o que interessa aqui, não é correto interpretá-lo como uma espécie de adorno da vida material ou como uma instância que paira so-

bre a vida cotidiana. Seu vínculo com as ações mais rotineiras, com as atitudes mais banais das pessoas é intenso, tanto no plano individual quanto no coletivo. Porém, toda essa influência é pouco visível e este fato tem contribuído para que o comportamento das massas na História permaneça sendo examinado dentro de rígidos padrões conceituais; existem as exceções, evidentemente.

Não obstante os ganhos eventuais e as alterações ou manutenções de certos elementos estruturais, os movimentos de massa são geralmente considerados (pelos ortodoxos e até pelos revisionistas, como Rudé) não políticos, por não serem estrategicamente orientados. O fato de não se dirigirem claramente contra o Estado e não buscarem, quase nunca, romper com a estrutura de poder prevalecente, tem sido o argumento utilizado para negar-lhes a inclusão naquela categoria; a exceção seria a Revolução Francesa. Ora, há de se questionar sobre o entendimento popular em torno da idéia de Estado ou de onde emana o poder e sobre as formas de atuação que buscavam uma ruptura, mesmo que parcial, com o sistema.

Se a multidão se dirige a um senhor feudal, representante local do Rei (ou do poder a ele atribuído), exigindo transformações sociais (e no processo podendo, até mesmo, negar-lhe subserviência, expulsá-lo do feudo ou matá-lo), ela não o estaria considerando a fonte do poder contra o qual se insurgia? O alvo do movimento não estaria sendo a fonte de poder central, mesmo

que se trate de uma estratégia equivocada conforme a nossa compreensão contemporânea? Qual é a grande diferença existente entre a lógica desta ação hipotética e a lógica de uma sublevação urbana, contrária às condições de vida e à estrutura de poder reinantes, que derruba um dos símbolos máximos do Estado e que no prosseguir dos acontecimentos destitui o Rei e a monarquia, para mais tarde voltar a aceitá-la? Não é minha pretensão avaliar o alcance das transformações advindas dessas insurreições, nem ignorar a ruptura proporcionada pela Revolução Francesa em todas as esferas das relações sociais. O objetivo é simplesmente observar que a lógica dos movimentos é semelhante, o que justifica o enquadramento de ambos na categoria de estrategicamente orientados.

Mais importante, entretanto, que excluir ou incluir motins em categorias analíticas pouco flexíveis, é refletir sobre a utilização de conceitos alienígenas à História, às vezes responsáveis por abordagens anacrônicas, onde o contexto e a importância dos acontecimentos são negligenciados. Certamente, a “economia moral da multidão” não despertaria o interesse de historiadores que estivessem “cegamente” procurando por estratégias politicamente orientadas para comprovarem a eficácia de modelos revolucionários. A observação cabe, também, às categorias muito flexíveis que, em última análise, podem vir a forjar um passado completamente desvirtuado de sua realidade. Para não incorrer nos extremos, é funda-

mental lembrar que “os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados”, e “que aquilo que podem dizer e parte de seu vocabulário” podem ser “determinados pelas perguntas feitas pelo historiador” (Thompson, 1981, p. 40).

No processo de modernização industrial europeu, muitas e profundas alterações ocorreram quase que naturalmente, ou pelo menos sem estarem programadas. Modelos de comportamento, regime alimentar, transferência do eixo das transformações históricas para a cidade. Diante dos novos padrões, grupos de camponeses, artesãos e *menu peuple*, todos fortemente ligados à antiga estrutura, contestaram a perda de garantias consuetudinárias e tentaram impedir a destruição de seus sistemas de vida. Não foram incomuns os esforços de retorno a velhos costumes comunitários, tradicionalmente reconhecidos pelos poderosos. Embora não se possa denominar revolucionária tal atitude, avaliá-la como simples reação ao projeto capitalista parece reduzir sua dimensão social. A idéia de reação, neste caso, aparece com menos importância do que seu oposto, isto é, a idéia de “pro-ação”, que estaria significando um avanço no processo. Deve-se perguntar, então, se formas de resistência coletiva não estariam sendo subestimadas em favor de movimentos mais perfeitamente encaixáveis em modelos analíticos preestabelecidos. Outra dúvida merece ser levantada: em que medida os dois tipos de ação encontram-se desvinculadas ou são excludentes?

Estratégias diferentes podem ter objetivos semelhantes. No caso, ganhos coletivos parecem estar quase sempre colocados na base dos movimentos.

A visão dos historiadores é fruto de sua época, mas nem por isso pode estar desatenta à perspectiva de tempos passados. A avaliação do movimento das massas precisa ser rediscutida – os autores ora comentados vêm contribuindo neste sentido – sob pena de se desconsiderar partes do processo revolucionário ou se reduzir a noção de revolução somente à ruptura com o institucional e o institucionalizado. Além disso, as grandes transformações estruturais teriam um único caminho a percorrer: a ação armada. O comportamento e as mentalidades são descartados pelo modelo clássico, até mesmo enquanto componentes revolucionários.

O resgate da participação popular nas transformações históricas tem demonstrado aos pesquisadores sociais, sobretudo aos historiadores, a premência de noções mais maleáveis e mais sensíveis à complexidade das relações entre os homens. Neste sentido, as revisões historiográficas e os debates metodológicos mais recentes têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada da história humana, em todas as partes do mundo. No caso brasileiro, é evidente o desenvolvimento de nossas reflexões acerca das relações escravistas que, em última análise, constituem-se em um dos elementos mais profundamente determinadores de nossa atual

realidade social. Para vários historiadores brasileiros,⁽⁶⁾ estudar a atuação da massa de cativos e de libertos significa entendê-los como agentes históricos transformadores de seu tempo. Mais ainda, significa examinar nossa formação cultural, explicar nossas identidades e avaliar nossa potencialidade transformadora.

Desvelar a massa, portanto, significa reconhecer a efetiva participação popular (através das mais variadas estratégias de atuação) na formação da história humana. Significa, também, rever uma grande produção historiográfica que excluiu, estereotipou ou condenou ao anonimato as intervenções desses homens e mulheres inconformados com suas condições de vida. Assim, através de abordagens menos enquadradas, tem sido possível identificar e analisar facetas pouco conhecidas de nossas matrizes culturais, de traços coletivos de nossas personalidades, de nosso passado e de nossas vidas hoje. Vem ocorrendo, ainda, o resgate de tradições populares de sedição e de transformação social, vale dizer, de estratégias de resistência que, adaptadas a cada contexto e período histórico, permanecem lapidando as relações sociais.

Neste final de século, o projeto comunista de sociedade tem sido irremediavelmente abalado e junto com ele agonizam modelos revolucionários e paradigmas de análise. Já se falou, até mesmo, em “fim da história”. Concomitantemente, e isto vem sendo dito há algum tempo, a maior de todas as revoluções – a

(6) Ver entre outros: CHALHOUB (1990), LARA (1988), MATTOSO (1988), PAIVA (1993) e SOUZA (1986).

feminina – não pegou em armas, não derramou sangue, não eleger o Estado como exclusivo ou principal alvo de ataques, mas parece estar sendo a mais profícuca. Elas, bem antes de pensadores e de intelectuais, parecem ter percebido, no dia-a-dia, a importância da cultura, das tradições e do imaginário social no es-

tabelecimento de padrões de comportamento e na definição de nossas próprias vidas. Neste sentido, vêm demonstrando que profundas e duradouras transformações no institucionalizado não podem negligenciar ou prescindir das mais diversas expressões culturais de uma coletividade. A atuação popular pre-

cisa, pois, ser devidamente (re) conhecida pelos estudiosos, sob pena de concluírem por uma equivocada passividade dos “dominados”, não obstante toda a atuação cotidiana que os credencia como “resistentes”. Talvez fosse o caso de se focar mais o processo que o aparente resultado final.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: CULTURAS do povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 63-96.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. Belo Horizonte: UFMG, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1748. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
- _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: TRADICION, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 62-134.

A PINTURA DE TECTOS DE PERSPECTIVA ARQUITECTÓNICA NO PORTUGAL JOANINO (1706-1750)

Vitor Serrão

Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra

Magno Mello^(*)

Doutorando em História da Arte pela Universidade de Coimbra

Introdução: do “brutesco nacional” à pintura de perspectiva

Excluindo alguns breves contributos de historiadores de arte como Reynaldo dos Santos,⁽¹⁾ Ayres de Carvalho,⁽²⁾ Nelson Correia Borges⁽³⁾ e Margarida Calado,⁽⁴⁾ o estudo da pintura de tectos de perspectiva arquitectónica no Portugal do tempo de D. João V encontra-se ainda por cumprir. Trata-se de lacuna considerável, não só pela qualidade dos espécimes que ainda subsistem dessa época, como pelo “*verdadeiro espírito de renovação*” que, segundo o primeiro dos citados autores, tais decorações traduzem.

Além da dificuldade de base que decorre do facto de muitos dos exemplares pictóricos de perspectiva arquitectónica haverem desaparecido, ou sido gravemente adulterados, por virtude do terremoto de 1755, observamos que continua a faltar-nos o conhecimento rigoroso dos espécimes

(*) Bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian.

(1) SANTOS. *A pintura de tectos do século XVIII em Portugal*, p. 13-22.

(2) CARVALHO. *D. João V e a Arte do seu Tempo*. (obra que contém diversas referências pioneiras à introdução da “perspectiva”, e a Baccarelli, António Lobo, etc.).

(3) BORGES. *A pintura*, p. 70-73.

(4) CALADO. *Pintura de tectos*, p. 475-478.

subsistentes (tanto na metrópole como nas franjas do Mundo Português, e muito designadamente no Brasil), assim como o exaustivo levantamento das fontes arquivísticas (no geral inexploradas), a definição das personalidades dos principais produtores de pintura e, sobretudo, o enquadramento estético desta “atitude” pictural na sua relação com os modelos barrocos italianos.⁽⁵⁾ Acresce, também, o geral mau estado de conservação dos tectos pintados que chegaram aos nossos dias.

Foi a partir de 1710, com a intervenção do pintor florentino Vincenzo Baccarelli na Portaria de São Vicente de Fora em Lisboa, que se introduziram, com a “perspectiva aérea”, as modificações essenciais no conceito da decoração espacial das coberturas portuguesas. Estas inovações iam no sentido da ruptura com a tradição dominante na pintura de tectos – a da pintura ornamental de “brutesco” – e vão conhecer grande voga quase de imediato; chegarão inclusive ao Brasil, no quarto decénio do século XVIII, quer com a actividade de António Simões Ribeiro em Salvador da Baía, quer com a de Caetano da Costa Coelho no Rio de Janeiro.

As análises que cumpre efectivar neste âmbito derivam necessariamente do estudo das obras particulares (que são em número bem mais amplo do que geralmente se supõe), já que as fontes escritas são escassas e, de

resto, se tem manifestado uma atitude de negligência da História da Arte portuguesa face à autonomia relativa deste “género” pictural. Assim, todo o trabalho de crítica ou mesmo uma tentativa de avaliação do acervo em causa surge dificultado pelos efeitos do megassismo de 1755 em Lisboa, exactamente uma área de maior concentração destes exemplares de pintura ornamental – considerados justamente os precursores de uma “segunda geração”, já na segunda metade do século XVIII, que maior ou menor incidência se abre ao figurino “rococó”.

O ilusionismo na pintura de tectos, amplamente usado na Itália do Renascimento e do Maneirismo, chega a Portugal no momento de máxima expressão da pintura do chamado “brutesco nacional”, solução ornamental com raízes quinhentistas e que se impusera entre nós como dominante na segunda metade do século XVII, quer em caixotões de apainelados, quer em coberturas afrescadas, ou em espaços onde os motivos acânticos se expandem com a sua decoração larga, formando como que uma “escola nacional” sui-generis, com transposições e directas influências, também, na região brasileira de Minas Gerais.⁽⁶⁾

A autonomia do brutesco seiscentista, na sua diversidade com o uso do “fresco”, do óleo e da têmpera, será precisamente interrompida no início do século XVIII e condicionada de novo

a uma solução subsidiária, quando a nova modalidade de espaços prospettivos de origem italiana penetra em Portugal. Então, com a vinda de Vincenzo Baccarelli e com a difusão dos ideários do Tratado de Perspectiva de Andrea Pozzo, o novo figurino encontra larga fortuna, constituindo uma rica “escola” com maior expressão na época de D. João V, que vem modificar o aspecto decorativo dos interiores das igrejas e palácios barrocos.

Importante lembrar, entretanto, que o tipo de decoração que antecedeu essa inovação não foi de modo algum interrompida, antes se prolongou em termos de respostas anacrónicas bem dentro do século XVIII: trata-se de uma questão corrente da evolução das formas estéticas e das preocupações do mercado, na violência dialéctica que decorre do confronto entre a “novidade” e a “tradição”; o que aconteceu é que os “brutescos” em Setecentos se impuseram menos na pintura dos tectos e sobretudo como subsidiários da decoração do Azulejo ou do labor da Talha.

É ponto fundamental na avaliação da pintura de coberturas setecentistas (principalmente as do ciclo joanino) o não esquecimento da tradição do brutesco, que irá coexistir no campo da pintura de tectos mesmo após a presença inovadora do italiano Baccarelli em Portugal. O brutesco continuará, em essência, a manifestar-se incidente nas de-

(5) Este vasto tema de investigação está neste momento a ser alvo de estudo exaustivo da parte de um dos autores (Magno Moraes Mello), com vista à sua tese de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob o título provisório “A adaptação dos modelos europeus de pintura de tectos em Portugal e suas transposições, reinterpretações e originalidades no período de 1700 a 1800”.

(6) SERRÃO. A pintura de Brutesco do Século XVIII em Portugal e suas repercussões no Brasil, p. 113-136 e DACOS & SERRÃO. Des grottesques à la peinture de “brutesques”, p. 41-45.

corações de igrejas lisboetas do século XVIII. E, tal como sucedia na pintura brutescada do tempo de D. Pedro II, também na pintura de perspectiva do tempo de D. João V existirá, quase sempre, um quadro central com figurasções do hagiológico de Santos, da **Vida da Virgem** ou da **Paixão de Cristo**...

Vincenzo Baccarelli e o tecto da Portaria de São Vicente de Fora

O grande fenómeno de ruptura é constituído pela presença de Baccarelli (1682-1745) – pintor que se instalou a Portugal ainda em finais do século XVII, após aprendizado com Alesandro Gherardini, e que regressou a Roma em 1718 –, cuja “novidade” na visão da pintura de tectos modificou radicalmente todo o processo estético que vinha sendo produzido até então.

Após a celebrada pintura da Portaria do Mosteiro de São Vicente de Fora (1710), o fenómeno “*baccarelliano*” fez-se presente nos melhores artistas coetâneos, com a difusão e adaptação do novo processo que na Itália do Barroco seiscentista se estruturara a partir das decora-

ções de Lanfranco, de Cortona e de Gaulli. Deve referir-se que o fenómeno da pintura de perspectiva do Barroco italiano tem as suas raízes longínquas nas experiências do ilusionismo de Correggio em Parma, até atingir o ápice nas decorações romanas do pintor e jesuíta Andrea Pozzo⁽⁷⁾. A sua influência italiana será, aliás, notada por toda a Europa, não só pela sua apoteótica pintura na abóbada e na falsa cúpula da Igreja de Santo Ignacio em Roma (1693-94), mas também pelo rico **Tratado de Perspectiva** que escreveu.

O ilusionismo parietal encontra a sua origem remota em Pompeia e Herculano, na Roma Antiga, onde se testemunham os primeiros exemplos de “simulação” do espaço ilusório; a perspectiva será depois, com o Renascimento e o Maneirismo, alvo de grande sistematização (desde Mantegna a Correggio e a Zuccaro), e levada às últimas consequências nas deformações anamórficas tão cultuadas em Itália e França nos séculos XVII e XVIII, como jogo de efeitos geométricos chamados anamorfozes cilíndricas⁽⁸⁾. Desta forma, no dealbar de Setecentos, Vincenzo Baccarelli introduz a “*quadratura*” na simulação de arquitecturas pintadas, e a perspectiva aérea no centro da composição, como elevação máxima da visão de infinito.

O único exemplo dessa nova fórmula decorativa sobrevivente em Portugal, da sua autoria, é o citado tecto da Portaria de São Vicente de Fora, cobertura rebaixada que remonta a 1710,⁽⁹⁾ com envolvimento de florões ornamentais da autoria do seu discípulo Vitorino Manuel da Serra. A fama do pintor florentino era testemunhável, em Lisboa, por outros tectos perspectivados, um deles no palacete Galveias do Campo Pequeno, destruído por um incêndio, outro na igreja do Mosteiro de São Bento da Saúde. O artista florentino trabalhou também, segundo documentação inédita, na Igreja de Nossa Senhora do Loreto, aí pintando entre 1702 e 1704 a composição de perspectivas, a “*fresco*”, do sub-coro do templo, obra essa que infelizmente desapareceu com o terremoto.⁽¹⁰⁾

As formas arquitectónicas do tecto de São Vicente de Fora, acima da cornija original, simulam colunas com capitéis compostos, mísulas, volutas com “*putti*”, balcões e balaustradas, dispostas em planos harmoniosos em *trompe-l'oeil* que se projectam “para fora”, criando a ilusão da tridimensionalidade. A rica balaustrada, que antecede um forte e maciço arco fingido, impõe e reforça a visão dos espaços que se projectam “para cima”, a emoldurarem o dinâmico tema barroco do “quadro” central,

(7) Cf. MELLO. **Lo sviluppo del decoro spaziale nei soffitti fra i Secoli XVI e XVIII in Italia.**

(8) Cf. MONTICOLO. **Prospettiva e finzione pittorica.**

(9) Segundo Cyrillo [*Collecção de Memórias...*, 1823], o reboco deste tecto caiu com o terremoto, e alguns “ignorantes mestres” (sic) caiaram a composição, “e o que parecia uma das mais belas e regulares de toda a cidade, ficou parecendo a mais defeituosa, baixa e irregular”. Em 1796, o tecto foi “reintegrado” na sua forma original pelo pintor Manuel da Costa.

(10) Cf. Arquivo da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, *Livro 37 de Contas (1703-1705)*, fls. 23 a 27. Inéditos. Esta obra orçou o preço de 225.000 rs, segundo o contrato de 2 de junho de 1702. De referir que estes e outros documentos, ainda por estudar na sua globalidade, serão alvo de análise circunstanciada na referida tese em preparação de Magno Moraes Mello.

Santo Agostinho e a Vitória da Igreja, em tratamento vaporoso e etéreo das formas. Em Baccarelli, o espaço rasga o tecto e invade a espacialidade na então perspectiva aérea central, motivo de grande polémica entre a “geração” dos seus contemporâneos portugueses, que a interrompe numa conotação mais finita que infinita, como tradicionalmente (ou tratadisticamente) se deveria fazer...

A importância do “Perspectiva Pictorum et Architecturum” (1693-1700) de Andrea Pozzo e sua influência em Portugal

Este importantíssimo tratado chegou a Portugal no início do século XVIII, influenciando todos os artistas da “primeira geração” da perspectiva, que fizeram a partir dele as suas reflexões sobre a nova espacialidade do ilusionismo prospectivo no âmbito da festa barroca.

O tratado alude em primeira instância à actualidade da pintura de “*trompe-l’oeil*”, como o mais perfeito corolário ornamental e cenográfico dos espaços religiosos, dentro do apelo contra-reformista da Igreja Romana, e assume-se também como um

manual prático para a compreensão das complicadas “*quadrate*” e sua aplicação com os alinhamentos geométricos e a absorção de um sistema que faz com que na cobertura da abóbada as colunas e entablamentos no ponto de observação *sotto in sù* adquiram um carácter rectilíneo manipulado a ponto de iludir o observador. Assim, o tratado torna-se como corolário de uma nova experiência assumida na riqueza dos interiores barrocos desde o início do século XVII, sejam palácios ou igrejas, como o tecto de Sant’Andrea della Valle (1625-28) por Lanfranco (seguindo a plena maturidade do triunfalismo barroco), os do Palácio Barberini e de Santa Maria in Vallicella (1664-1665) de Pietro da Cortona, e sobretudo o da Igreja de Gesù (1676-1679) de Giovanni Battista Gaulli, síntese inteligente com combinação de elementos, materiais e idéias no reforço da concepção ilusionística de grande largueza espacial. A dialéctica da Igreja tridentina, quer nos interiores dos templos, sejam em cúpulas ou abóbadas, naves ou capelas-mores, a representação do seu mundo espiritual, da sua verdade dogmática, num apelo ao convencimento no rasgamento do mundo terreno e finito até às projecções “infinitas” do espaço celestial divino.

O tratadista e pintor Andrea Pozzo (autor do tecto de Santo Ignacio, em Roma) teorizará nos dois volumes da sua obra (o primeiro de 1693, o segundo de 1700) sobre o bom uso da pers-

pectiva para direccionar os princípios cenográficos acima referidos, razão pela qual o seu tratado terá tão ampla e rápida difusão por todo o mercado artístico da Europa. Entre nós, e dadas as divergências de conceito entre a tendência prospectiva vigente e a “perspectiva arquitectónica” usada na Itália de Seiscentos (dada a falta, entre nós, de uma tradição neste sentido...), não foi tomado como forma indispensável no caso específico do rasgamento do tecto o uso da perspectiva aérea, o que levaria a conseguir representar no centro das composições o “*infinito interrompido*”. Isto não significa uma boa ou má compreensão das lições baccarellianas (ou italianas, em geral), mas sim uma atenção diversa em comparação com o lado obsessivo dos pintores italianos em romperem os espaços construídos...

Todos estes motivos explicam a boa fortuna do **Tratado de Perspectiva** de Andrea Pozzo e a sua rápida difusão, comprovada pela sua presença em bibliotecas lusas, e bem assim se conhecem as traduções comentadas de 1732 (esta da autoria do Arquitecto Figueiredo Seixas)⁽¹¹⁾ e de 1768 (da autoria do escultor bracarense Frei José de Santo António Vilaça)⁽¹²⁾ – ambas nunca publicadas. Também reduzida a manuscrito, mas mais importante porque anterior aos anteriormente citados, é a tradução (escrita com variações, e sem as figuras do original de Pozzo) da autoria de um anónimo escalabitano de cerca de 1725, que foi descoberta pelo

(11) O manuscrito encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, códice 222 (ref. em Rafael Moreira, “Uma Utopia Urbanística Pombalina o “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas”, in *Pombal Revisitado*, Lisboa, 1984, p. 131-144, Lisboa, 1984.

Professor Flávio Gonçalves e tem o grande interesse de integrar anotações respeitantes a obra do pintor António Simões Ribeiro⁽¹³⁾. O seu autor, provavelmente um membro das Academias literárias santarenas tão difundidas no tempo de D. João V, pretendia, decerto, preparar um manual prático para apoio aos artistas de perspectiva do seu tempo...

Os pintores portugueses de influência “baccarelliana”

No núcleo formado com Baccarelli, pode-se pensar em três significativos pintores de tectos de perspectivas, todos eles educados sob a directa esfera ideológica do mestre florentino.

O lendário António Lobo, seu discípulo, de quem o próprio Baccarelli teria afirmado, ao partir, “*que era bem capaz de suprir a sua falta*”, foi membro da Irmandade de São Lucas e morreu em 1719, um ano após o regresso a Itália do seu mestre. A sua obra

(muito louvada por Cyrillo Volkmacher Machado) ou desapareceu com o terremoto, ou foi modificada por efeitos dos estragos: neste caso, inclui-se o grande tecto da nave da Igreja de Nossa Senhora da Pena em Lisboa, única obra sua que chegou até hoje, encomendada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento dessa freguesia, e que segundo o “*instrumento de quitação*” de 27 de Março de 1718, que descobrimos, envolvia o elevado preço de 580.000rs.⁽¹⁴⁾ Já Reynaldo dos Santos o considerava “*um dos primeiros tectos do novo estilo (...), e dos melhores que conhecemos, composto com notável sentido das perspectivas arquitectónicas (...), e evidentemente anterior a 1719*”.⁽¹⁵⁾ Infelizmente, apurámos que esta composição de perspectiva foi muito danificada pela catástrofe de 1755, a ponto de haver sido quase por inteiro substituída em 1781, através de um novo “*risco de pintura de architectura e perspectiva*” dado a fazer ao pintor Luís Baptista⁽¹⁶⁾ – “risco” esse que corresponde, assim, ao essencial do tecto que hoje se pode admirar, ainda que ele deva ter seguido o “espírito” da composição anterior. Este imenso tecto constitui um bom exemplo da “*sequência*

baccarelliana”, com o desenho compositivo a integrar uma “falsa arquitectura” onde se nota um raro exemplo do uso da “*quadratura*” pozziana. Quanto ao quadro recolocado (que representa uma etérea e vaporosa Coroação da Virgem), ele integra em si, em linhas de força dos sistemas construtivos na lateral da perspectiva aerial, o ponto de fuga das colunas, dos entablamentos e das balaustradas (estas, ocupadas por elegantes anjos). Deste modo, a composição da “*quadratura*” assume-se rigorosa e bem estruturada.

O segundo pintor importante do “*baccarellianismo*” foi António Simões Ribeiro, que é considerado discípulo de Lobo (Cyrillo, José da Cunha Taborda), e que até hoje se sabia apenas ter executado os três tectos da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra (1723-1724, em colaboração com Vicente Nunes); na realidade, e segundo o documento inédito apenso a uma tradução manuscrita do Padre Pozzo, acima citado, sabemos também que pintara (imediatamente antes dos de Coimbra) os tectos da nave da Igreja de São Martinho, do sub-coro da Igreja do Hospital de Jesus Cristo (datado

(12) Cf. SMITH. **Frei José de Santo Antonio Ferreira Vilaça**, p. 64. Este arquiteto e escultor também foi pintor de perspectiva, conforme se vê em capelas da igreja do Mosteiro de Pombeiro, dentro dos cânones “nasonianos” da pintura de perspectiva.

(13) Este precioso manuscrito intitula-se *Primeira primeyra parte de prospetiva de Pintores, e Architectura. Mostrase o methodo mais facil e espedito de de-liniar com estilo prospetico, tudo aquilo que pertence a Architectura, inventado e (...), primeiramente publicado em Roma, por Fr. Andre Poço, da Companhia de Jesus. Porem agora p^a favor, e uzo dos estudiosos não muyto sientes desta Arte, se fes de veliume mais piqueno, por João Boxbartho, empresario, anno de 1719*. Foi descoberto pelo saudoso historiador de arte Prof. Flávio Gonçalves, que o comunicou a um dos autores (V.S.). Encontra-se actualmente em depósito na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim. Os nossos agradecimentos ao seu Director, Manuel Lopes, e à Dra. Maria José Gonçalves, viúva do referido historiador de arte.

(14) Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Pena, *Livro dos Acórdãos de 1709-1783*, fl. 20 (documento citado por Nuno Saldanha, “*Pintura na Igreja de Nossa Senhora da Pena em Lisboa – séculos XVIII-XIX. A iconografia, função da imagem e seu controlo*”, sep. do *Boletim Cultural da As-sembleia Distrital de Lisboa*, 1989). Os nossos agradecimentos ao Rev. Henrique Wiborg Pietra Torres, pároco de N. S^a da Pena, pelas facilidades concedidas na consulta do arquivo.

(15) SANTOS. **op. cit.**, p. 16.

(16) Arquivo de N. S^a da Pena, *Livro 2^o dos Acórdãos, 1771-1843*, fl. 14. Inédito. O termo do ajuste, datado de 21 de janeiro de 1781, envolve a elevada quantia de um milhão e 200.000 rs pela “*nova pintura do tecto*” que refazia ou substituída a de Lobo. Segundo Cyrillo, esta intervenção res-tringiu-se apenas às “*arquitecturas prospécticas*” e não envolveu o quadro central.

de 1723), e da Sala da Irmandade da Igreja de Santa Cruz da Ribeira, todos na cidade de Santarém, de que só o primeiro desapareceu.⁽¹⁷⁾

O artista deslocou-se depois (1735-1748) para o Brasil, radicando-se em Salvador da Baía, onde foi o grande responsável pela introdução deste “género” de pintura, no seio da “escola” baiana. Em 17 de Outubro de 1736, dado que “*havia pouco tempo tinha chegado do Reino hum Pintor por nome António Simões Ribeiro o qual hera muito perfeyto na sua arte*”, a mesa da Misericórdia baiana encomendou-lhe a pintura da abóbada da capela-mor da Igreja da Misericórdia, por preço de 150.000rs⁽¹⁸⁾ (essa obra desapareceu). Já antes, a 4 de Maio de 1735, fizera em Salvador a “*pintura do forro da Sala grande das Vereações do Senado da Câmara*”, igualmente desaparecida, e em Setembro e Outubro de 1745 estava ainda em actividade em Salvador, pois pintou os tectos prospettivos do sub-coro e da sacristia da Igreja do Convento do Desterro, que subsistem parcialmente.⁽¹⁹⁾

Estes sete tectos pintados com

composições de perspectiva arquitectónica – os três da Biblioteca Joanina de Coimbra, os de Santa Cruz e do Hospital de Jesus Cristo em Santarém, e o do Colégio de Salvador da Baía – revelam o mesmo espírito e são todos devidos à mesma “mão”: mostram estar concebidos com o mesmo tipo de desenho e com idênticas “*projeções de architecturas fingidas*”, no encontro de um círculo central bem definido, ricamente trabalhado em volutas, guirlandas, consolos, balcões semi-circulares e formas que simulam conchas, quase que a prepararem o olhar para as alegorias religiosas representadas ao centro. Estamos em condições, assim, de solucionar em definitivo uma das questões mais polémicas da História da Arte brasileira: a autoria do excepcional tecto prospettivo representando o Triunfo da Sabedoria queorna a Sala da Biblioteca do Colégio jesuítico (actual Sé) de Salvador, uma das peças brasileiras que maior discussão tem levantado quanto à autoria e à cronologia: Carlos Ott considerou-o obra de um “*insigne pintor de Roma*” que, segundo a do-

cumentação do colégio inaciano, pintara em 1689 o desaparecido tecto do corpo da Igreja do Colégio⁽²⁰⁾; mas pela sua análise estilística, em cotejo com as que acima referenciámos de Coimbra e Santarém, não temos a mínima dúvida em vincular à “mão” de Simões Ribeiro esta excepcional ornamentação de espírito “*baccarelliano*”, confirmando-se assim a boa intuição de Clarival do Prado Valladares⁽²¹⁾ e de Robert C. Smith⁽²²⁾ quanto a esta obra... Numa mesma conotação estilística, os elementos arquitectónicos em sua “*quadratura*” e a cena central mantêm um idêntico comportamento face aos dois tectos de Santarém (Hospital e Santa Cruz), e também ao de Nossa Senhora do Desterro de Salvador, no que toca à figura, sua expressão, sua postura, designadamente no estudo dos planejamientos e no eixo de ordenação. Os elementos de “falsa arquitectura” no texto da Biblioteca de Salvador (mísulas, fustes, volutas, capitéis) mostram similar preocupação de enquadramento, tanto como a composição alegórica do centro, esta supostamente em escorço *sotto in sù* e

(17) O fólio em causa inclui um desenho de “*quadratura*”, acompanhado pelo seguinte e muito elucidativo texto: “*Este modo de pintar com Lus por baxo em huma prospetiva o uzou tambem Antonio Simões em a moldura do painel de S. Martinho desta Vª, porém de outra sorte uzou na prospetiva de Sancta Cruz, pondo os claros de Alvaiaide no lugar da Cor de perolla, e a cor de perolla no llugar da segunda tinta (...). Observey em humas reprezas, ou cachorros, que Antonio Simões pintou no theto do Couro do Sitio desta Vª (actual Igreja do Hospital de Jesus Cristo), que são encarniaddos terem por primeira tinta huma Cor rozada clara de vermelhão e alvaayde, que rebaxara ao alvaayde meyo grão, a segunda tinta hé também de alvaayde vermelhão, e a terceira tinta hé de vermelhão estreme, e a quarta tinta hé de vermelhão e sinopla*”. A respeito das pinturas de Santa Cruz e do Hospital de Jesus Cristo, Cf. SERRÃO, Santarém, p. 88-90 e 118, das três “perspectivas” pintadas por Simões Ribeiro em Santarém, só o tecto da Igreja de S. Martinho desapareceu, destruído em 1755, e substituído a seguir por outro de Luís Gonçalves Sena, que também pereceu com o arrasamento da igreja já no actual século.

(18) OTT. *A Santa Casa da Misericórdia da cidade do Salvador*, p. 181.

(19) ALVES. *Dicionário de artistas e artifices na Bahia*, p. 145-146.

(20) OTT. *Pequena história das artes plásticas na Bahia, entre 1550-1900*, p. 44-45 e 48-49.

(21) VALLADARES. *Aspectos da arte religiosa no Brasil*, p. 4; idem, “Notícia sobre a pintura religiosa monumental no Brasil”, *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº 63, 1973 (cite-se a refª a p. 251, onde este historiador observou, a propósito, ser este o único exemplo em todo o Brasil de forro com “arquitectura corrigida, tanto em relação à cercadura de elementos ornamentais e arquitectónicos, como das figuras e alegorias”). Cf. também, ainda do mesmo autor, “O Ecumenismo na Pintura Religiosa Brasileira dos Setecentos”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 17, 1969.

(22) SMITH. *Arquitetura civil no período colonial*, p. 27 e 125, observara já as “grandes afinidades” deste tecto baiano com os três da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, sublinhando “o estilo caracterizador da pintura em perspectiva (...), com as figuras em escorço.”

em vôo aéreo, pois ainda mantém uma “visão em frontalidade”, a despeito da boa acentuação do escorço.

O terceiro nome relevante desta “escola” foi Lourenço da Cunha, único que teve comprovada educação italiana, já que, embora “*de humilde nascimento*” (Cyrillo), pôde estadar em Roma, de onde voltou em 1744, dando entrada então na Irmandade de São Lucas, celebrizando-se como cenógrafo, e morrendo em 1760. Antes, porém, já pintara a obra prima “*baccarelliana*” que é o tecto da Igreja do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel (1740), infelizmente muito arruinado e hoje num estado que faz prever o seu desaparecimento inelutável.⁽²³⁾ Trata-se, mesmo assim, de um dos melhores trabalhos de ilusionismo prospettico subsistente do Portugal joanino. Em cotejo com o tecto da Igreja da Pena, verifica-se de imediato que o espaço em profundidade e a preocupação em romper o espaço real construído são mais fortes e ousados do que a proposta de Antônio Lobo (refeita por Luís Baptista). Um aspecto que distingue Lourenço da Cunha dos seus contemporâneos é o facto de que, enquanto os outros interrompem a centralidade espacial com uma visão típica de cavalete, o autor do tecto do Espichel procurava impôr uma espacialidade mais próxima dos italianos, e das lições de Baccarelli – apesar de não usar literalmente a perspectiva aérea italiana. É no centro, naturalmente, que re-

presenta a **Assunção da Virgem**, num belo escorço em perspectiva ascendente; como se uma linha perpendicular à nave fosse estirada de baixo para cima da igreja, num romper da frequente frontalidade a uma crescente aproximação dos espaços luminosos e infindos. O ilusionismo representado neste tecto impõe um ponto de observação que obriga os fiéis a posicionarem-se num campo visual restrito e pré-determinado pelo artista, que se situa à entrada do recinto cultural e que deve, concomitantemente, relacionar-se com o ritual próprio das festividades procissões do círio de Nossa Senhora do Cabo. A simulação pictural mostra-se bem concebida, com os seus arcos fingidos de relevos falsos. Tudo surge como um “*sustentante*” para o entablamento e o balcão que se eleva para o centro, abrindo-se à ilusão de um outro balcão e de um último arco, numa perfeita envolvimento cenográfica à visão luminosa do quadro central. As colunas apoiadas na “falsa balaustrada”, em fuste liso e capitéis compósitos, são suficientemente fortes para a sustentação de mais um andar em arquitectura fingida, que nos seus entablamentos sustentam novamente um outro espaço para a formação de um arco pleno que se encerra numa membrana arquitectónica que fecha a totalidade da falsa arquitectura. O artista trabalhou ainda em tectos nas igrejas dos Inglesinhos, das Trinas do Mocambo, e dos Clérigos Pobres de Lisboa – todos arrasados em 1755.

É significativo, ainda a propósito do Cabo Espichel, que após se dobrar o meado do século XVIII as pinturas de tectos não mais iriam interessar-se desta maneira pela arquitectura fingida, e passam a ser instituídas aplicações de estuques num completo desinteresse pelas estruturas da “*quadratura*”. Talvez nessa realidade-outra desta “terceira geração” se possa falar com propriedade no “*quadro de altar recolocado*”, pois as estruturas decorativas que então ornamentam o tecto já não têm carácter de sustentação e nem mesmo simulam uma abertura (um bom exemplo são vários tectos de Pedro Alexandrino...). O estudo do tecto prospettico na perspectiva que ora nos interessa pode então ser concluído com a belíssima obra de Lourenço da Cunha, expoente fiel das inovações de Baccarelli.

Entretanto, o fenómeno do “*baccarellianismo*” não se esgotou na obra destes três seus directos continuadores, pois se enumeram outros mestres imbuídos da mesma orientação estética, e todos carecidos ainda de um estudo pormenorizado: é o caso do enigmático jesuíta Padre Velázquez que terá pintado, no início do século XVIII, o tecto da igreja do Seminário de Santarém⁽²⁴⁾; caso de Antônio Pimenta Rolim (discípulo de Lobo e autor de tectos muito refeitos, como o da Igreja dos Paulistas⁽²⁵⁾, e o da Igreja de Aldeia Galega da Mercena [1746], perto de Alenquer)⁽²⁶⁾; caso de Caetano da Costa Coelho (com actividade a par-

(23) SERRÃO. Uma obra-prima do pintor barroco Lourenço da Cunha: a pintura de perspectiva ilusionística do tecto da Igreja do Cabo Espichel (1740), p. 21-22.

tir de 1732 no Brasil, onde foi o formador da “*escola fluminense*”⁽²⁷⁾; caso de Jerônimo da Silva (autor do tecto da capela-mor da Igreja da Pena [1720]⁽²⁸⁾ e, com João Nunes de Abreu, do da Igreja do Menino Deus [c. 1730])⁽²⁹⁾; caso ainda de Vitorino Manuel da Serra (1692-1747; pintou o tecto da Igreja da Misericórdia de Abrantes [1728-29] e o do Convento das Trinas do Rato, ambos desaparecidos)⁽³⁰⁾, que segundo Cyrillo seria o autor, e não Jerônimo da Silva, do tecto da Igreja do Menino Deus; caso do escala-bitano Luís Gonçalves Sena (1713-1790; pintou por 1740-50 o tecto de perspectivas da capela-mor da Igreja do Seminário em Santarém)⁽³¹⁾; caso enfim do pintor portuense (ou barcelense) Manuel Furtado, artista ainda muito ignorado, mas com importante obra subsistente que se en-

contra, por estudar, na região de Braga⁽³²⁾, etc. Entre as obras anónimas mas que seguem investigações cenográficas de arquitectura fingida conta-se o tecto da Igreja da Misericórdia de Soure (Coimbra), pintado em 1760 e em deplorável estado de conservação⁽³³⁾. Neste panorama de conjunto, não poderemos deixar de registrar, enfim, o caso mais conhecido do maltês Nicolau Nasoni (pinturas de perspectiva na Sé de Lamego e na do Porto), a justificar estudo particular, e o caso mais tardio de Pascoal Parente, italiano radicado em Coimbra em 1756, cujos tectos do Seminário de Coimbra (1760), de Nossa Senhora da Esperança de Abrunhosa (1763) e da Igreja dos Terceiros do Carmo de Viseu⁽³⁴⁾ continuam a explorar a tradição romana das “*arquitecturas fingidas*”, dentro do gosto da época joanina.

A pintura de tectos perspectivados após 1755

Na obra de Baccarelli os detalhes arquitectónicos e a precisão da “*quadratura*” adaptavam-se ao conceito da total “*ilusão do engano do olhar*”, conforme referia Pozzo no seu tratado.

Esta pintura de São Vicente de Fora (1710) tornou-se, assim, o marco separador entre o “*brutesco nacional*” do reinado de D. Pedro II (de Francisco Ferreira de Araújo, por exemplo) e as formas perspectivadas da época quinto-joanina. Mudança definitiva e que até à segunda metade do século XVIII e também parte do XIX (em casos específicos como a região de Minas Gerais, por exemplo), será presente como moda dominante

(24) SERRÃO. **O tecto da Igreja do Seminário de Santarém e os seus presumíveis autores**, p. 253-261. Coevo talvez das obras de 1713 na capela-mor desse templo jesuítico, este tecto deriva menos do “virtuosismo prospetico” de Baccarelli que de uma interpretação pessoalizada das “receitas” de Pozzo, pelo que a visão ascendente assumida pelo padre-pintor inaciano que o teria executado surge algo mal “resolvida”. Os textos jesuíticos atribuem o tecto ao referido Padre Velázquez, um inaciano espanhol sobre o qual nada se sabe, com a colaboração de um noviço Félix.

(25) Este tecto, muito enegrecido e alterado na sua estrutura original, foi repintado em 1770 por Simão Baptista e Jerónimo de Barros (SANTOS. **op. cit.**, p. 18).

(26) Esta obra foi pintada em colaboração com Francisco Pinto Pereira: Cf. FALCÃO. **Documentos da Real Casa de Nossa Senhora da Piedade da Merceana relativos aos pintores Antônio Pimenta Rolim e Francisco Pinto Pereira**.

(27) Cf. o estudo essencial de OLIVEIRA. **A pintura de perspectiva em Minas Colonial** (ciclo barroco).

(28) Arquivo da Igreja da Pena, *L^o 1^o de Acórdãos, 1709-1783*, fl. 23. Inédito.

(29) Cf. atribuição em SANTOS. **op. cit.**, p. 18.

(30) Para a primeira dessas obras, executada com Vicente Nunes (o colaborador de Simões Ribeiro na Biblioteca Joanina em Coimbra), cfr. os documentos do Arquivo Histórico Municipal de Abrantes, *Santa Casa da Misericórdia de Abrantes*, Cx. 1, docs. n^{os} 36 e 39. Inéditos. A pintura do tecto da igreja orçou em 140.000 rs.

(31) SERRÃO. **Luís Gonçalves Sena, pintor de Santarém no século XVIII**, p. 263-270.

(32) Este muito esquecido artista (só brevemente citado por SMITH. **Marcelino de Araújo**, p. 40 e 84) surge documentado em Barcelos em 1725 (activo então nas obras da Igreja do Senhor da Cruz) e em 1734, e surge regularmente em Braga a partir de 1737. Deixou uma obra muito interessante e original, quer no desenho bastante pessoalizado das suas figuras, quer no cromatismo em tons frios, quer na utilização de gordas arquitecturas barrocas, que definem uma verdadeira “*tendência provincial do baccarellianismo*”, ainda por estudar: é seu o tecto prospetico do sub-coro catedralício e o que encima as excepcionais “caixas de órgão” do escultor Marceliano de Araújo, na Sé de Braga (1737-38); e podem ser-lhe atribuídos também, por evidenciadas razões de estilo, o tecto da nave da Capela das Convertidas (datado de 1722), encomenda do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, o da capela-mor da Igreja do Convento do Salvador (actual Lar Conde de Agrolongo, datado de 1724), e o de um Salão do Palácio dos Biscainhos (1724), todos em Braga. Temos, ao todo, cinco conjuntos de pintura de perspectiva arquitectónica saídos de uma mesma oficina, activa nos anos 1722-1738. Estão por explorar no Arquivo Distrital de Braga os livros notariais de Barcelos para esses anos, que seguramente darão algumas pistas a respeito do pintor Manuel Furtado... Deve afirmar-se, entretanto, que o Noroeste português preserva um interessante acervo de pintura prospetica de tectos barrocos e “*rococós*”, como o da Igreja de São Miguel de Entre-Ambos-os-Rios (Ponte da Barca), este do terceiro quartel de Setecentos (e não longe da concepção de “forros de tipo muro-parapeito”, depois tão divulgados no Brasil), obras essas que carecem de estudo preliminar.

(33) MARUJO. **Inventário histórico-artístico do Conselho de Soure**.

(34) DIAS. **As obras de Pascuale Parente na Beira Alta**.

em abóbadas afrescadas ou em forros de madeira em igrejas e palácios do Mundo Português.

Pode-se pensar, assim, em duas (ou mesmo três) grandes “gerações” sequenciais de artistas que se comprazeram a explorar as mesmas propostas, conforme aponta Reynaldo dos Santos⁽³⁵⁾ – a primeira concomitante com o reinado do Magnânime, a última posterior a 1755. A reconstrução efectuada em algumas igrejas e as intervenções de restauro em pinturas de perspectiva ilusionística, ou mesmo da sua substituição total (como sucederá no caso do tecto da Igreja da Pena), ou enfim a gradual introdução do estuque na ornamentação das coberturas (Grossi, etc.), revelam os novos gostos de um mercado que não mais partilharia do uso das “*quadraturas*” nos tectos com arquitecturas perspectivadas, que agora somente simulam medalhões recolocados, enrolamentos e ornamentações de gosto “*rococó*” ou já neoclássico.

O carácter da pintura de tectos prospettivos da época áurea de D. João V perdeu-se, de facto, após o terremoto de 1755, com a “geração” onde pontificam José Antônio Narciso (1731-1811), Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810), Simão Caetano Nunes,

Jerônimo Gomes Teixeira, Inácio de Oliveira Bernardes (1695-1781), etc. De observar o facto, tardio e periférico, de também as “gerações” de artistas baianos (José Joaquim da Rocha⁽³⁶⁾, José Teófilo de Jesus, António Joaquim Franco Velasco, etc.) haverem executado tectos essencialmente com acentuação do “*quadro recolocado*”. Quanto à pintura mineira, podem-se situar fundamentalmente dois grandes “ciclos”, o ciclo barroco na tradição “arquitectónica”, com a obra do portuense António Rodrigues Belo (tecto da Igreja de Cachoeira do Campo, 1755-1756), português que introduz na região de Minas Gerais o gosto pelas arquitecturas perspectivadas, numa postura que se estenderá a Diamantina com a obra do Guarda-Mor José Soares de Araújo, natural de Braga⁽³⁷⁾. Este último artista acentuará o gosto do ciclo barroco, não só no colorido e na luminosidade, como no que relativo à temática contrareformista, até ao final de Setecentos, com as suas obras em Diamantina, vila mineira onde morre em 1799. É muito significativo observar que a perspectiva aérea não integra estas obras citadas do “ciclo barroco mineiro”, que terão sempre o infinito interrompido por uma forte frontalidade, se comparada

com as arquitecturas de *sotto in situ* construídas acima da cimalha dos interiores dos templos⁽³⁸⁾. O quadro pictórico mineiro alastra-se a outras regiões, com a dominante e fundamental figura maior da pintura monumental brasileira, o pintor Manuel da Costa Ataíde, natural de Mariana, activo entre 1800 e 1828, já convertido ao receituário “*rococó*”, e que em 1814 chegou a tentar fundar uma “escola” de Desenho na região. Este novo “*ciclo rococó*” mineiro mostra, em oposição ao anterior ciclo barroco-joanino, a integração de “*arquitecturas fingidas*” já desprovidas de sentido integrador e “*sustentante*”, mas meramente decorativas (é o caso dos chamados tectos com “*muro-parapeito*”, como o da igreja do Carmo de Sabará [1818] por Joaquim Gonçalves da Rocha); por outro lado, as decorações das coberturas tendem a alargar-se ao âmbito parietal das capelas-mores, com “*retábulos fingidos*” de arquitectura simulada, “*arquitecturas fingidas*” nas paredes laterais, etc⁽³⁹⁾.

Com o avançar dos anos na segunda metade do século XVIII, o gosto pelo requinte ilusionístico das arquitecturas perspectivadas “ao italiano” vai desaparecendo, assim como desaparece o uso da “*quadratura*” bacca-

(35) SANTOS. *op. cit.*

(36) Este pintor, educado em Portugal, ainda se mostra fiel à “*quadratura*” e às arquitecturas fingidas; ver o tecto da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (1772-1774), em Salvador da Baía.

(37) Este grande pintor de tectos do Brasil era natural da freguesia de S. Vitor, e já em 1766 se encontrava em Minas (nomeado então guardador das terras e águas de mineração do Arraial do Tijuco de Serrofrío), trabalhando muito em Diamantina (tectos da igreja do Carmo e da igreja de S. Francisco de Assis). Não se lhe conhecem referências antes da partida. Cf. OLIVEIRA. *Estudos sobre o século XVIII em Braga*, p. 212-213.

(38) Cf. a respeito deste “ciclo barroco no Brasil”, entre outros, os estudos de DEL NEGRO. *Nova contribuição ao estudo da pintura mineira, pintura dos tetos de Igrejas*, de OLIVEIRA. *A pintura de perspectiva em Minas Colonial, ciclo rococó*, p. 171-180, e de VALADARES. *No-tícia sobre a pintura religiosa monumental no Brasil*, p. 238-272.

(39) Esta organização cenográfica dos espaços de culto, movida por razões financeiras e revelando uma inteligente gestão de recursos por parte de irmandades quase sempre modestas, não é restrita ao Brasil, ao contrário do que se tem dito: também em Portugal subsistem exemplos, como a Capela do Bom Sucesso em Soure (Coimbra), com forro pintado em 1787 e decoração que se estende às paredes, ingenuamente pintadas com “fingimento de arquitecturas”.

relliana, e os “*medalhões*” centrais das coberturas, despídos do seu carácter etéreo e “rasgado”, assumem-se mais como quadros de altar aplicados no tecto. A pintura do brilhante ciclo que ora se pretendeu estudar chegava assim, paulatinamente, à fase do seu próprio esgotamento...

Referências bibliográficas

- ALVES, Marieta. **Dicionário de artistas e artífices da Bahia**. Salvador: s. n., 1976.
- BORGES, Nelson Correia. A pintura. In: HISTÓRIA da arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1987. v. 9: Do Barroco ao Rococó, p. 70-73.
- CALADO, Margarida. Pintura de tectos. In: PEREIRA, Paulo, PEREIRA, José Fernandes (Dir.). **Dicionário da arte barroca em Portugal**. Lisboa: Presença, 1989. p. 475-478.
- CARVALHO, A. Ayres de. **D. João V e a arte do seu tempo**. Lisboa, 1962.
- DACOS, Nicole, SERRÃO, Vitor. Des grottesques à la peinture de “brutesques”. In: MOREIRA, Rafael (Dir.) **Portugal et Flandre: visions de l’Europe (1550-1680)**. Bruxelas: Europália, 1991. p. 41-55.
- DEL NEGRO, Carlos. **Nova contribuição ao estudo da pintura mineira, pintura dos tetos de igrejas**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1978.
- DIAS, Pedro. As obras de Pascuale Parente na Beira Alta. **Estudos Italianos em Portugal**, n. 38, 1976.
- FALCÃO, José Antônio. Documentos da Real Casa de Nossa Senhora da Piedade da Merceana relativos aos pintores Antonio Pimenta Rolim e Francisco Pinto Pereira. **Real Sociedade Arqueológica Lusitana**, Santiago do Cacém, n. 1, 1986.
- MARUJO, João Albertino. **Inventário histórico-artístico do Concelho de Soure**. (no prelo).
- MELLO, Magno Moraes. **Lo sviluppo del decoro spaziale nei soffitti fra i secoli XVI e XVIII in Italia**. (No prelo) (Tese, Doutorado, Università Internazionale d’Arte de Firenze).
- MONTICOLO, Roberto. **Prospettiva e finzione pittorica**. Florença, s. d.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de. **Estudos sobre o século XVIII em Braga**. Braga, 1993.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A pintura de perspectiva em Minas Colonial, ciclo barroco. **Barroco**, n. 10, 1978-1979.
- _____. A pintura de perspectiva em Minas Colonial, ciclo rococó. **Barroco**, n. 12, p. 171-180, 1982-1983.
- OTT, Carlos. **Pequena história das artes plásticas na Bahia, entre 1550-1900**. Bahia: s. n., 1989.
- _____. **A Santa Casa da Misericórdia da cidade do Salvador**. Salvador: s. n., s. d.
- SALDANHA, Nuno. **Pintura na Igreja de Nossa Senhora da Pena em Lisboa**, séculos XVIII-XIX.
- SANTOS, Reynaldo dos. A pintura de tectos do século XVIII em Portugal. **Belas Artes**, Lisboa, n. 18, p. 13-22, 1962.
- SEIXAS, José de Figueiredo. **Tratado de Ruação** apud MOREIRA, Rafael. Uma utopia urbanística pombalina. **Pombal Revisitado**, Lisboa, p. 131-144, 1984.

SERRÃO, Vitor. A pintura de Brutesco do século XVII em Portugal e suas repercussões no Brasil. **Barroco**, n. 15, p. 113-136, 1990-1992.

_____. **Santarém**. Lisboa: Presença, 1989.

_____. O tecto da Igreja do Seminário de Santarém e os seus presumíveis autores. In: ESTUDOS de pintura maneirista e barroca. Lisboa: Caminho, 1989. p. 253-270.

_____. Uma obra-prima do pintor barroco Lourenço da Cunha: a pintura de perspectiva ilusionística do tecto da Igreja do Cabo Espichel (1740). **Sesimbra Cultural**, n. 1, p. 21-22, dez. 1991.

SMITH, Robert C. **Arquitectura civil no período colonial**. Rio de Janeiro: s.n., 1969.

_____. **Frei José de Santo Antônio Ferreira Vilaça**, Lisboa: F. C. G., 1972. v. 1, p. 64.

_____. **Marceliano de Araújo**. Porto, 1970.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Aspectos da arte religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: s. n., 1981.

_____. O Ecumenismo na pintura religiosa brasileira dos setecentos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 17, 1969.

_____. Notícias sobre a pintura religiosa monumental no Brasil. **Bracara Augusta**, v. 27, n. 63, p. 238-272, 1973.

CRISE IDEOLÓGICA E PRODUÇÃO INTELLECTUAL: ESQUEMAS DE PENSAMENTO PRÓPRIO A UMA SITUAÇÃO HISTÓRICA

Helenice Rodrigues da Silva

Centre National des Recherches Scientifiques – CNRS – Paris

RESUMO

O presente ensaio, situado no campo ainda recente da história intelectual, parte de uma reflexão sobre o engajamento político dos intelectuais franceses para o estudo de uma política sócio-cultural. Através de uma abordagem textual – o discurso dos intelectuais – e extratextual ou histórica – o contexto do pós-guerra na França – além das premissas filosóficas do existencialismo e do personalismo, busca-se analisar as relações intrínsecas entre a ética dos intelectuais e a política, o discurso e a ação, a reflexão e a práxis.

A abordagem de um tal assunto pressupõe, a priori, a elucidação de uma área de pesquisa relativamente recente, na França, ou seja, a interrogação sobre um campo pouco estudado pelos historiadores que se interessam pela análise da cultura e das idéias. Essa área, que se denomina *história intelectual*, situa-se na interseção e na fronteira de outras disciplinas.

Embora não tenha objetos nem métodos próprios, a história intelectual difere da antiga história das idéias que, na maioria das vezes, restringia-se a uma crônica das idéias e à justaposição cronológica de resumos de textos políticos e/ou filosóficos. No entanto, o historiador que se lança nesse domínio enfrenta (por razões inerentes à própria lógica desse terreno) uma série de problemas de ordem metodológica e epistemológica. Com efeito, ele não pode conceber suas pesquisas em termos unicamente históricos; conseqüentemente, ele se vê na obri-

gação de se abrir a outras áreas do saber (à filosofia, à sociologia, à lingüística, à antropologia, etc.), a fim de escolher um “esquema” de interpretação ou de definir uma certa inteligibilidade.

A história intelectual se situa, então, na fronteira de diversos domínios do conhecimento. Desse modo, ela visa a dois pólos distintos de análise: por um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas modalidades de exclusão e de inclusão; por outro, as características de um momento histórico e conjuntural (por exemplo, no caso francês, o pós-guerra, ou seja, a guerra fria, a descolonização, os chamados “30 anos gloriosos”: 1945/75, etc.), que impõe esquemas de percepção, sistemas de valores e modalidades específicas de pensar e de agir, por parte dos intelectuais.

Para a investigação desse campo, ainda pouco definido e estudado, propomos colocar questões de ordem metodológica (viabilidade de conceitos e procedimentos de análise) e de ordem epistemológica (condições de possibilidade, pistas para uma aplicação a uma situação histórica particular, por exemplo). Partindo da reflexão sobre uma forma de pensamento e de comportamento (o chamado “engajamento” político dos intelectuais franceses), propomos estudar uma prática sócio-cultural: o “campo” intelectual (P. Bourdieu), ou seja, suas regras de funcionamento, suas estratégias, a “posição” dos intelectuais em relação a uma situação conjuntu-

ral e histórica precisa: o pós-guerra na França. No caso específico da nossa pesquisa, trata-se de elucidar as normas de conduta e de ação, as formas de percepção e de pensamento dos intelectuais franceses no momento da descolonização e da guerra da Argélia. Através de uma abordagem textual – o discurso dos intelectuais – e extra-textual – os acontecimentos históricos – as premissas filosóficas do *existencialisme* e do *personalisme* expressas, respectivamente, nas revistas **Esprit** e **Les Temps Modernes**, tentamos analisar as relações intrínsecas entre a ética dos intelectuais (a chamada “ética de responsabilidade”, segundo expressão de Max Weber) e a política, o discurso e a ação, a reflexão e a práxis.

Aspecto metodológico e epistemológico da história intelectual

Como abordar essa área de estudo, essa “sub-disciplina”, esse domínio do conhecimento ainda pouco trabalhado que, muitas vezes, se confunde com a chamada história cultural ou com a sociologia do campo intelectual?

A primeira questão que a história intelectual deve colocar é a seguinte: por que alguém (um pensador ou um grupo de pensadores) se apropria de uma “idéia” ou de um sistema de pensamento e os transforma em paradigma intelectual, num deter-

minado momento histórico? Como ele os transforma em um ato pessoal ou coletivo, capaz de traduzir um certo *esprit du temps* (um fenômeno de moda)? De que maneira ocorre uma nova distribuição, ou seja, a definição do panorama cultural? Por exemplo: do ponto de vista intelectual, a França do pós-guerra foi marcada pela voga do existencialismo (anos 40 e 50); em seguida pelo estruturalismo (anos 60 e 70) e pelo chamado “retorno do sujeito” (anos 80).

É certo que a prática e/ou a vigência de um paradigma intelectual dependem de uma série de elementos discordantes entre si, ligados, ou não, ao domínio das idéias, mas também às condições políticas do momento, às querelas institucionais, às batalhas de poder, às ilusões ou desilusões coletivas, etc.

Na revista **Le Débat** (jan./fev. de 1990), o americano Thomas Pavel, autor de vários artigos sobre a história intelectual francesa, questiona-se sobre esse assunto da maneira seguinte:

*“Numa cultura tão centralizada como a da França, que fatores determinam as mudanças de paradigmas intelectuais? (...) O espírito do mundo? Um pequeno número de intelectuais parisienses que conscientemente rejeitaram as idéias de Sartre? A incoerência mesma dessas idéias e a incoerência das posições políticas que elas justificaram? A incapacidade de Sartre de explicar (ou pelo menos de aceitar) a existência do **goulag**? A explicação se deve a uma questão de astúcia ou da razão? Da astúcia de um grupo de pensadores? Da imperfeição de todo sistema de pensamento? Ou sobretudo dos erros de uma teoria teológica-política particular que, não obstante sua inaptidão, gozou, no pós-guerra, de uma certa influência?”...*

Ora, a nossa hipótese se assemelha à de Pavel, ou seja: a vigência ou o “modismo” de um paradigma intelectual “parisense” (marxismo, freudianismo, estruturalismo, história das mentalidades, etc.) emerge de um certo espírito de “conquista” e de uma certa vontade de “dominação cultural” por parte dos próprios intelectuais (em virtude mesmo da própria concepção universalista da cultura francesa, profundamente centralizada). Uma vez que o novo paradigma é aceito, adotado e legitimado pela comunidade intelectual, ele comanda e determina, por um certo tempo, a fidelidade por parte dos pesquisadores desse “modelo dominante”. Por exemplo, durante o período histórico da guerra fria, o intelectual “legítimo” (valorizado e reconhecido como tal) é “engajado” e da esquerda.

Nessa última década, os intelectuais franceses tornaram-se objeto de estudo da história e da sociologia. Se os intelectuais são os atores e escritores dessa história recente, resta saber como conciliar, então, uma auto-história com a história dos historiadores?

É necessário que o historiador saia do universo naturalizado dos atores, é essencial que ele adote uma postura de etnólogo, é importante que ele se desligue e se desarticule de seu objeto de estudo. Daí a importância, para o historiador, da escolha de suas fontes.

Sem dúvida, a noção da “verdade” é indissociável, para o historiador, da crítica do testemunho. Essa questão remete a outras questões de ordem metodo-

lógica e epistemológica. Ela diz respeito ao trabalho do historiador face à sua prática, a seu discurso e ao discurso do Outro. Ela coloca também o problema do “vestígio”, do “documento”, para a escrita da história. Logo, essa questão conduz à interrogação do valor mesmo dos textos (utilizados pelo historiador), da validade de uma tal fonte, da fiabilidade de testemunhos. A questão do material para a escrita da história conduz à necessidade de se questionar sobre as condições de possibilidade de se fazer do tempo recente do acontecimento, uma história.

A escolha do *corpus* do meu trabalho sobre o engajamento político dos intelectuais foi, em parte, determinada por considerações de ordem metodológica. Delimitando esse estudo aos textos das revistas intelectuais **Esprit** e **Les Temps Modernes**, ou seja, destacando ou acentuando a narração dos atores/testemunhos contemporâneos dos acontecimentos, eu quis me distanciar das malhas da difícil dialética história/memória. Escrever a história do tempo presente, utilizando o testemunho dos atores/sobreviventes dessa história, é um exercício perigoso, pois a história sofre o risco de tornar-se tributária da memória. As problemáticas ligadas à noção do tempo têm incidência sobre a memória dos atores. A seleção, a deformação consciente ou inconsciente, operadas pela memória, podem falsificar a leitura dos acontecimentos.

Segundo Paul Ricoeur, em **Les Temps et le récit**,

“a crítica do relato dos sobreviventes é um exercício difícil, em razão

mesmo da confusão inextricável entre o quase-presente, lembrando tal como ele foi vivido no momento do acontecimento, e a reconstrução fundada somente nos documentos, sem contar as distorções inerentes à seleção interessada – e mesmo desinteressada – operada pela memória”.

No que diz respeito, em particular, ao domínio das idéias, essa história do tempo curto requer técnicas e procedimentos específicos de organização das fontes. Isso se deve talvez menos à relação existente entre a proximidade temporal do acontecimento e o ato da sua escritura que ao efeito do modismo – *l’air du temps* – sobre a consciência dos atores/testemunhos dessa história. Na verdade, a história intelectual está ligada à idéia mesma de mutação, de mudança e de rupturas. O fim do marxismo, como quadro teórico, e do comunismo, como modelo cultural e político, produziu, nesses últimos anos, no campo cultural francês, uma mudança radical do paradigma intelectual.

Ora, a experiência histórica dos intelectuais dos anos 60, inspirada grandemente pelo mito e pela utopia, é hoje criticada, abominada e renegada por esses mesmos intelectuais que viveram esse período de crença revolucionária. Logo, a reconstituição dessa ação intelectual, no terreno político e ideológico, tende a ser parcial e pouco fiel à verdade. Em outras palavras, o testemunho deles é tendencioso. Os atores/testemunhos dessa história estão sujeitos à pressão “ideológica” do momento presente, ou seja, à influência de novas correntes de pensamento intelectual e político.

Os impasses do presente: o intelectual e a nova conjuntura histórica

Antes de abordar esse item, convém tentar elucidar, inicialmente, essa figura mítica, simbólica e histórica que representa o “intelectual total” (Pierre Bourdieu). Associado à idéia do “intelectual-profeta”, ou seja, aquele pensador que anuncia e enuncia o “progresso” ou o “fim da História”, esse personagem foi encarnado, no pós-guerra, de maneira exemplar pela pessoa de um Sartre.

Essencialmente francesa, a noção do intelectual tem um caráter multiforme. Do ponto de vista histórico, sabemos que o substantivo *intelectual* aparece pela primeira vez, no final do século passado, durante o “caso Dreyfus”. Os assinantes de petição pela revisão do processo em nome da justiça e da razão de Estado, são designados ironicamente pelos anti-dreyfusards como *intelectuais*. Num primeiro momento, essa palavra, com forte conotação pejorativa, assimila o *intelectual* ao intelectual de esquerda; quer dizer, a todos aqueles que exercem uma profissão mental e que, tendo adquirido uma certa notoriedade (como um Emile Zola), colocam-se a serviço da comunidade nacional defendendo princípios universais como a “verdade” e a justiça. A intervenção pública dos intelectuais, resultando na revisão do processo, assegura-

lhes uma certa autoridade moral. O processo Dreyfus será uma referência histórica, altamente simbólica, a todos os momentos de crise social e política da nação.

Entretanto, a definição do termo *intelectual*, que varia segundo a evolução mesma da sociedade e da história francesa, é problemática. Na verdade, o intelectual não corresponde a um conceito, mas a um comportamento. Até meados dos anos 70, o intelectual se autodeterminava não pela sua participação em uma profissão sociocultural, mas pelo uso que ele fazia de sua notoriedade (já adquirida), em favor da defesa de uma causa, através de um ato político: assinaturas, petições, etc.

No sentido próprio e/ou figurado do termo, o desaparecimento de um Sartre, de um Barthes, de um Foucault ... marca, simbolicamente, o fim de uma época intelectual e o início mesmo de uma crise de representação de um modelo. Isso sem falar no final de toda uma cultura política: a queda do comunismo ou do marxismo, que serviram de modelo teórico e político, ou seja, de referência moral a diversas gerações de intelectuais. O retorno ao consenso político (a inexistência mesma, na França, de categorias como “esquerda” e “direita”) e o retorno do *intelectual* ao seu objeto de trabalho (pesquisas, cursos) são sinais reveladores das novas tendências culturais. Essas revelam a existência de um novo tipo de intelectual (apolítico, individualista e egocêntrico), cuja única causa a defender é ainda o domínio fluido dos direitos humanos.

É certo que a crise dos tempos atuais determina a produção de um novo discurso ideológico, o aparecimento de novos objetos de estudo e de novos conceitos. Nesses últimos cinco anos, percebemos que a produção intelectual (histórica, sociológica, filosófica, etc.) investiu na reflexão do conceito de *identidade*. “Identidade nacional” tornou-se, assim, um objeto de reflexão. Face à crise econômica atual, às incertezas futuras quanto à construção de uma Europa sem fronteiras, ao aumento da imigração (do leste e do sul), a França se fecha e se inclina em direção a valores de referência como a nação, a pátria, a memória nacional, etc.

Aqueles que trabalham na área do saber e das idéias (os novos intelectuais) elaboram discursos sem paixão, extremamente racionais, tentando analisar os diversos aspectos da atual situação francesa. Os mais audaciosos elaboram estudos prospectivos.

No número da revista **Magazine Littéraire** de julho de 1993, Edgar Morin, considerado o “sociólogo e o filósofo das incertezas”, afirma o seguinte:

“... O incerto, o provável, o indeterminado, o contraditório estão na natureza das coisas. Nosso mundo é um mundo onde há o imprevisível e a desordem, logo, o incerto. Não só o incerto empírico mas também o incerto cognitivo, porque nossas categorias mentais não conseguem apreender as realidades propriamente inconcebíveis como a origem do mundo. A incerteza profunda do mundo, a incerteza do futuro, diagnosticada como sendo a ‘crise do futuro’, o desmoronamento das certezas ligadas à idéia do progresso garantido introduziu em toda parte a certeza da

incerteza. (...) os 45 anos de guerra fria foram 45 anos de certezas. Os miradores e os arames farpados constituíam a fronteira mais segura e evidente. A geopolítica da guerra fria desenhava o mundo numa carta clara; e era preciso ir-se até a periferia do conflito central para encontrar qualquer nuvem mais escura. Esse período excepcional deu maus hábitos de pensamento”, conclui E. Morin.

É certo que, nesses últimos anos, presenciamos o retorno do

nacionalismo, do estado-nação e do indivíduo-nação em diversos pontos do território europeu. Da ex-União Soviética à ex-Yugoslávia, o nacionalismo parece ter triunfado. Justamente no seio desses países, que antes pregavam a tolerância ou o fim de particularismos nacionais. O debate sobre Maastrich mostrou claramente que, mesmo nos países da Europa Ocidental, o retorno ao

nacionalismo está presente, no interior mesmo de suas próprias fronteiras. Estados democráticos e aparentemente consolidados, como a Bélgica e a Itália, sucumbem a essa tentação centrípeta.

De volta à atualidade, a nação é um novo tema de debate, determinando, desse modo, uma grande parte da produção intelectual francesa.

Referências bibliográficas

ALTWEGG, Jurg. **Querelles des Français**. Paris: Grasset, 1989.

BELKHIR, Jean. **L'Intellectuel, l'intelligentsia et les manuels**. Paris: Anthropos, 1983.

BESNIER, Jean-Michel. **La politique de l'impossible; l'intellectuel entre révolte et engagement**. Paris: La Découverte, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

_____. **Réponses**. Paris: Minuit, 1992.

BOURRICAUD, François. **Le bricolage idéologique: essai sur les intellectuels et les passions démocratiques**. Paris: PUF, 1980.

DOSSE, François. **Histoire du structuralisme**. Paris: La Découverte, 1993.

HISTOIRE du structuralisme. **Le Débat**, Jan./Fev. 1993.

HISTOIRE intellectuelle. **Le Débat**, Avr./Mai. 1994.

LEENHARDT, J. **La force des mots: le rôle des intellectuels**. Paris: Magrélis, 1981.

MAGAZINE LITTERAIRE, jun. 1993.

MORIN, Edgar. **Terre-Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

NORMAS PARA COLABORADORES

- Os **Cadernos** estão abertos aos pesquisadores de História e áreas afins, para a publicação de artigos, resenhas, críticas e trabalhos do gênero.
- Os textos devem ser inéditos, não ultrapassando 20 páginas, datilografadas em papel ofício, em espaço duplo, margem de 3 cm e em três vias.
- Os trabalhos devem incluir uma página inicial contendo o título, um resumo de 10 linhas, no máximo, e três palavras-chave. A apresentação, deve ser feita dentro dos critérios de publicação técnico-científicas, conforme as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). De acordo com o padrão normativo estabelecido para os **Cadernos**, pede-se a utilização do pé-de-página tão somente para as notas explicativas, colocando no próprio corpo do texto, após a citação e entre parênteses, a referência bibliográfica correspondente (autor, ano e página). No final deve constar a relação alfabética de toda a bibliografia consultada.
- Os dados referentes ao autor (ou autores) devem incluir: o nome completo, a instituição de origem, suas principais qualificações, endereço e telefone de contato.
- A seleção dos trabalhos, sua distribuição e organização em cada número, são da competência exclusiva dos **Cadernos**. Os textos serão mantidos na íntegra e na sua forma original; caso ocorra necessidade de alguma alteração, esta só será feita mediante o consentimento prévio do autor.
- Os autores dos textos aceitos para a publicação serão oportunamente informados, como também, sobre a data prevista para o seu lançamento.

Outras publicações de Edições PUC•MG

ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
BIOS – Departamento de Ciências Biológicas
CADERNO DE CONTABILIDADE – Departamento de Ciências Contábeis
CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS – Faculdade Mineira de Direito
CADERNO DE GEOGRAFIA – Departamento de Geografia
CADERNO DE REPORTAGENS MALDITAS – Departamento de Comunicação Social
CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO – Departamento de Administração
CADERNOS DE BIOÉTICA – Núcleo de Estudos de Bioética
CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Departamento de Sociologia
CADERNOS DE ECONOMIA – Departamento de Economia
CADERNOS DE ENGENHARIA – IPUC – Instituto Politécnico da PUC•MG
CADERNOS DE LETRAS – Departamento de Letras
CADERNOS DE PSICOLOGIA – Departamento de Psicologia
CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL – Departamento de Serviço Social
EDUCAÇÃO – CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – Departamento de Educação
ENFERMAGEM REVISTA: CADERNOS DE ENFERMAGEM – Departamento de Enfermagem
EXTENSÃO – Cadernos da Pró-reitoria de Extensão
ORDEM E DESORDEM: CADERNO DE COMUNICAÇÃO – Departamento de Comunicação Social
SPIN – ENSINO E PESQUISA – Departamento de Física e Química

Projeto gráfico e composição eletrônica:
EMS editoração eletrônica
magalhaes.salles@hotmail.com • Tel.: (031) 3041.1113

Impressão:
FUMARC
Fundação Mariana Resende Costa
Rua Rio Comprido, 4.580
Tel.: (031) 3351.6011 • 3351.6244
32285-040 • Cinco • Contagem • MG

